

ALMEIDA, A. W. B. de. Nova Cartografia Social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras. In: ALMEIDA, A. W. B. de & FARIAS JR, E. de A. **Povos e comunidades tradicionais**: nova cartografia social. Manaus: UEA. 2013. p. 157-173.

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

nova cartografia social

Nova Cartografia Social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras

ALFREDO WAGNER BERNO DE ALMEIDA ANTROPÓLOGO; PROFESSOR-VISITANTE CESTU — UEA, PPGSCA E PPGAS — UFAM;
COORDENADOR DO PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA; PESQUISADOR CNPQ

A proposição de uma “nova cartografia social”, enquanto orientadora de práticas de pesquisa, distingue-se do sentido corrente do vocábulo “cartografia” e não pode ser entendida como circunscrevendo-se a uma descrição de cartas ou a um traçado de mapas e seus pontos cardeais com vistas à defesa ou à apropriação de um território. Ao contrário de qualquer significação única, dicionarizada e fechada, a ideia de “nova” visa propiciar uma pluralidade de entradas a uma descrição aberta, conectável em todas as suas dimensões, e voltada para múltiplas “experimentações” fundadas, sobretudo, num conhecimento mais detido de realidades localizadas. A verificação in loco de situações empiricamente observáveis remete a relações de pesquisa entre os investigadores e os agentes sociais estudados, que no caso em pauta do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia referem-se às comunidades tradicionais, cujos efeitos se manifestam, de maneira diferenciada, nos resultados obtidos. Esta descrição de pretensão plural compreende práticas de trabalho de campo e relações em planos sociais diversos, que envolvem múltiplos agentes, os quais contribuiriam à descrição com suas narrativas míticas, suas sequências cerimoniais, suas modalidades próprias de uso dos recursos naturais e seus atos e modos intrínsecos de percepção de categorias (tempo, espaço) e objetos. Semelhante construção descritiva, que nada tem de uma interpretação dos atos como texto, ocorre na “confrontação contínua das experiências e das reflexões dos participantes” (Bourdieu, 2003:694), desfazendo a ilusão empirista das “autoevidências” de campo. As confrontações acham-se dispersas na vida social e se estruturam a partir da perspectiva de diferentes posições¹ e não apenas do prisma das instâncias de poder referidas ao Estado. Poderia ser nomeada como uma “nova descrição”, que se avizinha da etnografia, ao buscar descrever de maneira detida, através de relações de entrevista e de técnicas de observação direta dos fatos, a vida social de povos, comunidades e grupos, classificados como “tradicionais” e considerados à margem da cena política, mas que revelam consciência de suas fronteiras e dos meios de descrevê-la. Está-se chamando de consciência de suas fronteiras à confluência de pelo menos duas vertentes, ou seja, à unificação da consciência de seu território com a consciência de si mesmos, manifestas de maneira explícita pelos próprios agentes sociais em suas reivindicações face ao Estado. Tal unificação indica uma ruptura com o monopólio de classificações identitárias e territoriais produzidas historicamente pela sociedade colonial, mediante recenseamentos, cadastros, códigos e mapas. Enuncia uma tensão, cada vez mais perceptível, entre a consciência de

si mesmos, expressa por ações coletivas e pelas autodefinições, e as categorias censitárias de identidade, apoiadas em critérios cromáticos (“preto”, “amarelo”, “branco”, “pardo”) e primordialistas, de nítida inspiração em classificações raciais, impostas uniformemente pelo poder do Estado desde pelo menos 1872, data do primeiro censo demográfico do Brasil². A principal configuração desta ruptura concerne a um quadro de intensas mobilizações políticas destes agentes sociais articuladas tanto com o advento das categorias de autodefinição, quanto com a emergência de formas político-organizativas específicas. Ambas convergem para uma identidade coletiva objetivada em movimento social, notadamente a partir de 1985-86, no âmbito das discussões que perpassaram a Constituinte e foram incorporadas à Constituição Federal de 1988. Por meio destas práticas mobilizatórias, que evidenciam conhecimento de seus direitos constitucionais, é que tais agentes interrogam sobre suas relações com a política, parcialmente exprimidas pelas organizações e movimentos que os representam. Certamente que, para muitos estudiosos, tais ações coletivas³ remetem à tentativa de constituição de um coletivo, mais ou menos formalizado e institucionalizado, apoiado em relações associativas que possibilitam uma interlocução permanente com o Estado e com outros coletivos. Mediante estes “efeitos de agregação” (Cefai, 2007:08) aflora uma certa percepção da legitimidade das ações coletivas, que nos parece coextensiva a uma crença na eficácia dos direitos étnicos e territoriais para além de qualquer demanda de “reconhecimento” pelo Estado. Todo este conjunto de efeitos reforça uma autoconsciência que requer o reconhecimento recíproco de agentes sociais igualmente autoconscientes, que pode ser assim sintetizado: “é um de nós”. Ao mesmo tempo possibilita condições para que cada um encontre a si mesmo no outro, delineando uma relação política fortemente solidária e um acordo explícito em torno de uma dada forma associativa, de uma pauta reivindicatória face ao Estado e de um mesmo território. Cada um ao reconhecer na luta do outro uma parte de sua própria luta reconstrói sua trajetória histórica, repensa a sua “origem” e propicia o lastro indispensável para a coesão imprescindível a uma ação política concreta. Estes agentes sociais agudamente conscientes de si mesmos e ombreados numa ação transformadora, ao repensarem sua história, percebem-se como compondo circunstancialmente um todo, mobilizados em torno de um propósito aproximado e de uma mesma forma

¹ Para um aprofundamento das questões referidas às “relações de pesquisa” e às “relações de entrevista” consulte-se: Bourdieu, Pierre – “Compreender” in: *A miséria do Mundo*. Petrópolis. Ed. Vozes. 1997 pp. 693-713. (trad. de Mateus S. Soares Azevedo et al.).

² Consulte-se Pacheco de Oliveira, João – “Entrando e saindo da “mistura”: os índios nos censos nacionais” in *Ensaio em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro. Editora UFRJ. 1999 pp. 124-151.

³ Para uma discussão sobre o sentido destas ações consulte-se: Cefai, Daniel – *Pourquoi se mobilise-t-on? Les Théories de l'action collective*. Paris. Éditions La Découverte. 2007 (Collection “Recherches”. Série Bibliothèque du MAUSS).

de luta. Acham-se investidos de uma posição de legitimidade face ao próprio grupo, que se desdobra na condição de narradores das trajetórias coletivas, reunindo atributos que se projetam para além do presente. Mostram-se, neste sentido, profundos conhecedores das particularidades ecológicas e geográficas, exímios artífices de paisagens, perquirindo realidades localizadas e esboçando caminhos entre acidentes naturais e artificiais topograficamente inimagináveis. Articulam uma combinação entre este conhecimento peculiar, ao mesmo tempo geográfico e ambiental, e uma ação política formulada em termos de identidade, indissociável de fatores econômicos. Ao fazê-lo refletem a toda prova uma “nova descrição”. Expressam ademais uma consciência de sua diferença e da singularidade de seus interesses em flagrante contradição com aqueles de seus antagonistas históricos. Os mapas produzidos no contexto destas mobilizações passam, portanto, a refletir não somente a diversidade social e a multiplicidade de seus respectivos pontos de vista e práticas, mas sobretudo uma situação de conflito e um conhecimento intrínseco às realidades locais, tanto agrupando, quanto distinguindo. Neste processo de distinção tem-se um ritual de passagem eminentemente político, que direciona este esforço analítico para determinações de existência diferenciadas. Há mobilizações que estão voltadas para a aprovação de leis, outras se empenham em lutas de “reconhecimento”, outras mais se mobilizam por seus territórios, enquanto outras ainda exigem medidas reparadoras e recusam qualquer “concessão”, num conhecido preceito de “conflito a todo custo”. Diante destas particularidades torna-se difícil, senão improvável, fazer qualquer tipo de generalização ou elaborar um modelo que permita prever-lhes a evolução.

UNIDADES DE MOBILIZAÇÃO

A força destas especificidades e de distinções que lhes são adstritas direciona o esforço analítico para determinações de existência, que tem como principal referência empírica a região amazônica, e para situações de emergência étnica dos denominados povos e comunidades tradicionais em outras regiões do país. Em termos político-organizativos verifica-se neste processo social uma passagem que, respeitando a heterogeneidade de situações, pode ser assim sintetizada: as unidades sociais de referência (povos, comunidades e grupos) se transformam em *unidades de mobilização*⁴, cujas práticas diferenciadas e laços de solidarie-

dade política⁵ se consolidam em oposição aberta a antagonistas históricos e recentes, avivando uma existência coletiva traduzida pela indissociação entre os conflitos e a consciência de suas fronteiras usurpadas retratadas fidedignamente pelo mapeamento social.

Face a esta projeção dos narradores e a complexidade das relações sociais o processo de produção cartográfica já não encontra condições de possibilidade para insistir numa representação “objetiva” da superfície terrestre e do quadro natural. Conjugado com esta relativização tem-se que o termo “nova”, enquanto adjetivante, não só assinala uma insuficiência teórica e uma certa incapacidade de explicar fenômenos recentes, mas traduz, sobretudo, imprevisibilidade, chamando a atenção para um aspecto dinâmico e situacional, que caracteriza o processo de construção cartográfica dos chamados mapeamentos sociais e de realidades que estão por vir. As noções operativas referentes à “nova cartografia social” encontram-se, pois,

de existência, são momentaneamente aproximados e assemelhados, baixo o poder nivelador da ação do Estado ou de antagonistas circunstancialmente mais poderosos. Em outras palavras e a outro nível de abstração, pode-se adiantar que as políticas governamentais e seus efeitos é que tem possibilitado elementos básicos à formação de composições e de vínculos solidários entre diferentes comunidades e povos nestas situações de conflito. São elas que concorrem decisivamente para uniformizar ações políticas de grupos sociais não-homogêneos do ponto de vista econômico. Sem representar necessariamente categorias profissionais ou segmentos de classe, tais povos, comunidades e grupos tem se organizado em consistentes unidades de mobilização, não somente na Amazônia, mas em todo o país. Nestas unidades o valor da força de trabalho não constitui sua base racional e declarada, mas, a despeito disto, verifica-se um elevado grau de coesão em suas práticas, tornando-as formas ágeis e eficazes de organização política. Por se encontrarem atreladas a lutas localizadas e imediatas, cuja especificidade se atém ao próprio tipo de intervenção dos aparatos de poder consorciados com interesses de empreendimentos privados, estabelecem uma articulação particular do político com o econômico, mesmo com todas as diferenciações e desigualdades que porventura encerrem. Estas unidades mobilizam-se pela manutenção de condições de vida preexistentes aos grandes projetos em vias de implantação ou já implantados. Compõem-se, objetivando garantir o efetivo controle de domínios representados como territórios fundamentais à sua reprodução física e social, à sua identidade e, inclusive, para alguns deles, à sua afirmação étnica. O que antes os dividia, erodiu temporariamente, permitindo convergências inimagináveis. Fatores étnicos, “raciais” e religiosos, usualmente acionados para reforçar solidariedades e distinguir as chamadas “minorias”, perdem relativamente, no contexto destes antagonismos, sua força de marcar diferenças intransponíveis. Ameaçados pela perda de direitos às pastagens, às florestas densas e aos recursos hídricos e, por conseguinte, à caça, à coleta, à pesca e à agricultura, povos e comunidades vivem a ruptura da estabilidade na combinação de recursos e no exercício de atividades elementares como prenúncio de uma “crise ecológica” (Wolf, 1984:336-350) sem precedentes. As formas de resistência que engendram para enfrentar estas adversidades evidenciam estratégias de luta consolidadas pelas unidades de mobilização, que passaram a ter nos mapas um de seus fatores de articulação e de conhecimento comum (Almeida, 2011:17).

Para maiores detalhes, consulte-se: Almeida, A. W. B. de – “Universalização e Localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia” in Os quilombos e as novas etnias. Manaus. UEA, 2011. pp. 15-33.

- 5 Na busca de demonstrar a complexidade desta passagem e as discordâncias em torno dela importa citar Rancière, que busca construir, diferentemente de Bourdieu, um “sujeito político” fora deste jogo de oposições: “Un sujet politique ce n’est pas un groupe qui prend conscience de lui-même, se donne une voix, impose son poids dans la société. C’est un opérateur qui joint et disjoint les régions, les identités, les fonctions, les capacités existant dans la configuration de l’expérience donnée (...)” (Rancière, 1995 :188).

Cf. Rancière, Jacques – La Mésentente. Politique et philosophie. Paris. Galilée. 1995

4 A expressão unidades de mobilização consiste numa noção operacional utilizada como recurso explicativo mediante situações de conflito social. Vem sendo reelaborada consecutivamente desde meados de 1987-88 em sucessivas experiências de pesquisa, que implicaram em atividades de mapeamento social caracterizadas pelo fato de membros de povos, comunidades e grupos participarem diretamente da elaboração de mapas, constituindo-se em seus principais artífices. Resultaram em inúmeros trabalhos com comunidades quilombolas, povos indígenas, quebradeiras de côco babaçu, pescadores, ribeirinhos, castanheiros, seringueiros, piaçabeiros, povos de terreiro, peconheiros e artesãos na região amazônica, bem como com comunidades de faxinais no planalto meridional do país e com comunidades de fundos de pasto no semi-árido nordestino. A partir de observações in loco das ocorrências de conflito tem sido possível destacar um conjunto de condições favoráveis à aglutinação de interesses específicos de povos, comunidades e grupos sociais diferenciados. Embora não haja homogeneidade absoluta nas suas condições materiais

em constante movimento, relativizando seus resultados, politizando as relações e desdizendo concomitantemente as tentativas “objetivistas”, as “ilusões empiristas”, as instruções normativas e os manuais de inspiração “positivista”, que buscam a cristalização dos procedimentos de produção de mapas e mapeamentos.

FILÓSOFOS E ANTROPÓLOGOS: UMA “NOVA DESCRIÇÃO”

Nesta ordem é que se pode asseverar que a análise crítica das práticas de cartografar, tornou-se mais recentemente objeto de reflexão e debate de filósofos⁶ (Foucault⁷, Deleuze, Guatari⁸, Agamben⁹) e de sociólogos e antropólogos¹⁰ (Bourdieu¹¹, Bateson¹², Baudrillard¹³, Goody), invertendo direções, recompon-

do paisagens, alargando horizontes, abrindo debates e arrebatando a questão dos domínios estritos do conhecimento técnico em que ela já estaria conso-lidada como tributária da geografia e de disciplinas militares. “Mapear uma região” não significaria, portanto, a mesma proposição, quando perpetrado pela geografia, consoante, por exemplo, critérios náuticos da Marinha chinesa por volta do século XIII ou critérios geopolíticos dos militares prussianos do final do século XIX e das primeiras décadas do XX, ou quando formulado por critérios de inspiração epistemológica de filósofos e antropólogos, no final do século XX e na primeira década do século XXI. Para Foucault e Deleuze seriam formações discursivas inteiramente distintas e caberia aos sistemas explicativos não desconhecer a “novidade dos critérios”, fixando com rigor os cortes ou rupturas e tratando-os de maneira detida e criticamente. A força desta distinção rompe com a rigidez do cartografismo histórico, reinterpretando fontes documentais e arquivísticas (Goody¹⁴, Black¹⁵, Cortes¹⁶), e permitindo-nos asseverar que a “nova cartografia social” observa os ditames do rigor científico, incorporando a mobilização dos agentes sociais e suas respectivas formas organizativas e representações do território, bem como o aspecto extremamente dinâmico do processo de produção cartográfica.

Deleuze¹⁷, ao analisar “Vigiar e Punir”, de Foucault, fala inclusive, de maneira explícita, de “um novo cartógrafo” (Deleuze, 2005:33). Para tanto ele sublinha que Foucault refuta um certo número de postulados, dentre eles os da “propriedade”, da “localização”, da “subordinação” e da “essência”. Aqui importa mencionar a crítica ao “postulado da localização”, segundo o qual “o poder seria o poder de Estado”, estando localizado no próprio aparelho de Estado (Deleuze, ibid. 35). Argumenta Deleuze que, para Foucault, ao contrário, haveria uma dispersão, isto é: “o próprio Estado aparece como efeito de conjunto ou resultante de uma multiplicidade de engrenagens e de focos que se situam num nível bem diferente e que constituem por sua conta uma “microfísica do poder”. (Deleuze, ibid. 35). As relações de poder perpassam povos, comunidades e grupos nas decisões de como construir o mapa ou de como delimitar seu território. Narrar memorialisti-

o mapa sucederia à consciência das fronteiras? No processo de cartografar é que a percepção do território se consolidaria? A polêmica é política e a eficácia das mobilizações é que habilita cada forma organizativa a dar suas respectivas respostas.

Vide: Baudrillard, Jean – Simulacres et simulation. Paris. Galilée. 1981

14 Cf. Goody, Jack – Renascimentos: um ou muitos? São Paulo. Editora UNESP. 2011. (trad. Magda Lopes). pp. 94,95 e 267-270.

15 Cf. Black, Jeremy – Mapas e História. Construindo Imagens do Passado. Bauru, São Paulo. EDUSC. 2005; (trad. Cleide Rapucci).

16 Cortés, E. L.; Ortiz, C. P.; González, R. A. B. – De la etnografía antropológica territorial a la etnografía de la globalización. Jalisco, México. Universidad de Gualajara. 2007

17 Para Deleuze a interpretação de Foucault não assinalaria mais um lugar privilegiado como fonte de poder. Em decorrência ela recoloca as concepções de espaço físico e de espaço social, abrindo novas possibilidades de analisar as reações entre poder político e defesa do território. “Notar-se-à que “local” tem dois sentidos bem diferentes: o poder é local porque nunca é global, mas ele não é local nem localizável porque ele é difuso.” (Deleuze, 2005: 36).

Cf. Deleuze, G. – Foucault. São Paulo. Editora Brasiliense. 2005 (trad. Claudia Sant’Anna Martins).

6 *Poder-se-ia argumentar, de maneira complementar, que, desde pelo menos o século XIX, os filósofos tratam da questão cartográfica e esta assertiva mostra-se pertinente, afinal em 1897 o filósofo Ricardo Luddecke publicou o Atlas Escolar Português, cuja edição foi autorizada pela Direção-Geral de Instrução Pública, de Portugal, para uso dos liceus e institutos de ensino secundário (Daveau e Galego, 1995:110). Importa distinguir que esta designação oficial revela-se limitada e circunscrita a uma decisão política, absolutamente contingencial, e não se confunde com a autonomia intelectual de filósofos que, posteriormente, elegeram a cartografia social como objeto de reflexão. Para um aprofundamento da situação exemplificada leia-se: Daveau, Suzanne e Galego, Julia – “Difusão e ensino da Cartografia em Portugal” in Dias, Maria H. (coord.) – Os mapas em Portugal – da tradição aos novos rumos da cartografia. Lisboa. Edições Cosmos e Cooperativa Penélope. 1995 pp. 85-124*

7 Cf. Foucault, Michel – Sécurité, territoire, population. Cours au Collège de France. 1977-1978. Paris. Seuil-Gallimard. 2004

8 Cf. Deleuze, Gilles; Guatari, Félix – Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. I. São Paulo. Editora 34. 2007 (trad. Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa).

9 Cf. Agamben, Giorgio – Nudex. Lisboa. Relógio D’água Editores. 2009 (trad. Miguel Serras Pereira).

10 Na história da antropologia as discussões com a abordagem geográfica mostram-se recorrentes desde as últimas décadas do século XIX. O texto “Estudo da Geografia” de Franz Boas, datado de 1887, inaugura este debate, discutindo “duas concepções sobre a natureza da pesquisa científica”, cuja distinção encontrava-se nos métodos: o “físico” e o “histórico”. Para Boas a “influência da geografia” era “uma questão extremamente complexa”. (Stocking, 2004: 24,25). Não é difícil constatar que o primeiro capítulo das descrições etnográficas invariavelmente referiam-se ao quadro natural ou espacial das narrativas denominado setting. Os mapas, que passam a integrar os trabalhos etnográficos, tornam-se mais destacados nas etnografias a partir dos trabalhos de campo de B. Malinowski.

Cf. Stocking, Jr., George W. – Franz Boas. A formação da antropologia Americana, 1883-1911. Rio de Janeiro. Contraponto – Editora UFRJ. 2004 ; pp. 15-38 . (trad. Rosaura C. L. Eichenberg).

11 Cf. Bourdieu, Pierre – “Campo do Poder. Campo Intelectual e Habitus de Classe.” In: A Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo. Perspectiva. 2007. p. 184. (tradução de Sérgio Miceli et al.).

12 Segundo Deleuze: “Gregory Bateson serve-se da palavra “platô” para designar algo muito especial: uma região contínua de intensidades, vibrando sobre ela mesma, e que se desenvolve evitando toda orientação sobre um ponto culminante ou em direção a uma finalidade exterior.” (Deleuze, 2007 :33). O trabalho de Bateson que é citado trata-se de: Vers une écologie de l’esprit. Este termo “platô” que integra também o título do livro de Deleuze, anteriormente citado, é tomado à botânica e utilizado no estudo dos bulbos, tubérculos e rizomas.

13 Baudrillard nos convida a refletir que o mapa precede ao território, através dele é que o território seria construído. A gradação em pauta trata-se de um argumento polêmico, que busca inverter as proposições correntes seja de geógrafos ou de sociólogos. Esta interpretação levanta indagações:

camente os pontos extremos, traçar uma linha, elaborar uma planta ou croquis, identificar pelo conhecimento local os marcos divisórios e os lindeiros, implica em confronto direto, em relações de poder.

O arrebatamento da questão por filósofos e cientistas sociais tem forçado, deste modo, aqueles domínios de conhecimento, já instituídos formalmente para pensar o processo cartográfico, a proceder a redefinições, ressemantizações e relativizações de noções básicas da cartografia, que haviam se tornado lugar comum e não mais requeriam explicações ou demonstrações de sua eficácia científica. A partir desta abordagem crítica verifica-se que, tanto o conceito corrente de cartografia¹⁸, quanto as “relações espaciais”, que caracterizaram historicamente o conceito cartográfico de território, estariam conhecendo atualmente uma certa dispersão e passando por transformações profundas. Por serem muito recentes e complexas, redefinindo inclusive as teorias acerca da categoria espaço¹⁹, reconceituando território²⁰ e indagando quem é o sujeito da ação cartográfica, tais mudanças são difíceis de serem estimadas em toda sua extensão. Mediante esta pressão pluridisciplinar, que tem insistido no primado da reflexividade, relativizando o papel de quem produz os mapas, é que o processo de produção cartográfica já não busca necessariamente, como sublinhado em momentos anteriores, a representação “objetiva” e acabada da superfície terrestre e se afasta da orientação normativa do positivismo.

Ao mesmo tempo cabe destacar que os mapas deixaram de ser instrumentos reservados principalmente aos doutos, aos sábios e aos “poderosos” ou aos

aparatos de Estado. O acesso aos seus meios de produção, mesmo requerendo o conhecimento de determinadas inovações tecnológicas, acha-se disposto ao alcance de um público amplo e difuso. A vulgarização científica amplia significativamente as possibilidades de acesso ao conhecimento técnico antes restrito a especialistas e peritos. Com esta abordagem os mapas passam de uma construção privada, circunscrita a especialistas, para uma construção de sentido público ou aberta a um público amplo e difuso. Nesta brecha na conhecida oposição binária, público/privado, é que se posicionam aqueles que estão à margem da cena política legítima, passando a ter papel relevante nos mapeamentos sociais, recolocando-se, enquanto força social nas relações de poder. Eis o corolário: mapear é mobilizar-se política e criticamente, seja no plano discursivo, seja no plano das práticas coletivas, consistindo numa descrição em movimento para além de qualquer abordagem que tome a descrição como uma “textualização”, tal como sugere Clifford²¹ em relação a Geertz (Clifford, 2002: 39).

O processo de publicização da cartografia social, que a conduz ao patamar de “nova”, evidencia o quanto ela vai recusando os rótulos oficializantes ou se afastando das orientações manualescas e, num sentido oposto, se aproximando de abordagens críticas da “sociedade” e das mobilizações políticas que encaminham reivindicações territoriais às instâncias de poder. Conceitos com determinação de existência, tais como “processo de territorialização”²² (Pacheco de Oliveira, 1998) e “mapeamento social” ou noções operativas como “territorialidades específicas” (Almeida, 2006) tornam-se instrumentos de descrição etnográfica. Com esta aproximação podem ser elaboradas interpretações críticas mais percucientes e capazes de detalhar as implicações intrínsecas às diferentes modalidades oficiosas de mapeamento perpetradas por agências estatais ou por agências multilaterais (BIRD, BID) ou ainda por associações voluntárias da sociedade civil (ONGs), como acentua Acselrad²³. O caráter oficioso das iniciativas destas referidas agências nutre um pseudo-consenso em torno das práticas cartográficas de zoneamentos “etnoambientais” e “ecológico-econômicos” sob a regência de uma discutível “ambientalização”²⁴ (Leite Lopes, 2004:17), orientadora de

18 Conforme o manual “Noções Básicas de Cartografia”, de 1999, que corresponde ao número oitavo da série Manuais Técnicos em Geociências, organizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através da Diretoria de Geociências e seu Departamento de Cartografia, tem-se que em 1966 foi estabelecido pela Associação Cartográfica Internacional (ACI) e posteriormente ratificado pela UNESCO o seguinte conceito de cartografia: “A Cartografia apresenta-se como o conjunto de estudos e operações científicas, técnicas e artísticas que, tendo por base os resultados de observações diretas ou da análise de documentação, se voltam para a elaboração de mapas, cartas e outras formas de expressão ou representação de objetos, elementos, fenômenos e ambientes físicos e socioeconômicos, bem como sua utilização.” (IBGE, 1999:12). Nos termos deste manual este conceito seria “hoje aceito sem maiores contestações” (ibid.).

19 Harvey, inspirado em Henri Lefebvre, reconstitui a conceituação de espaço em Marx, que considera estreitamente ligada à problemática do imperialismo, e recupera as polêmicas em torno de uma produção do espaço. Discute, em resumo, a noção de capital como entidade espacial ou territorializada, isto é, o capitalismo avança sobre novos espaços físicos, acelerando a circulação das mercadorias e desestruturando, assim, o espaço através do “encurtamento” do tempo (Harvey, 2011).

Cf. Harvey, David – “The Geography of Capitalist Accumulation: a reconstruction of Marx’s theory”, Spaces of Capital: Toward a Critical Geography. Edinburgh University Press. 2001; e também O novo imperialismo. São Paulo. Loyola, 2004.

20 Chamando a atenção para reconceituações de território Bensaid, lendo Harvey, acrescenta que a “nova fase de acumulação do capital globalizado” está implicando numa reorganização de espaços e territórios, que conduz a uma hierarquização territorial e a medidas de controle extremo do trânsito de pessoas com a construção de uma série de muralhas, seja contra os palestinos, seja na fronteira do México com os Estados Unidos, seja em Ceuta, impedindo os africanos de terem livre acesso ao continente europeu (Bensaid, 2008:14).

Cf. Bensaid, Daniel – Os irredutíveis teoremas da resistência para o tempo presente. São Paulo. Boitempo Editorial. 2008 (trad. Wanda Caldeira Brant).

21 Vide Clifford, James – A Experiência Etnográfica. Antropologia e Literatura no século XX. Rio de Janeiro. Editora UFRJ. 2002. (Organização e revisão técnica de José Reginaldo Santos Gonçalves).

22 Cf. Pacheco de Oliveira, João – “Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais”. Mana: estudos de antropologia social. Rio de Janeiro. PPGAS-MN-UFRJ. N° 4/1.1998.

23 Em contraposição aos que consideram os mapas unicamente como instrumento de poder e não de resistência à dominação Acselrad nos convida a refletir sobre um vasto campo de conhecimentos em que a cartografia social tanto é vista como esforço de resistência às dinâmicas de globalização, quanto um instrumento de apoio à efetivação destas mesmas dinâmicas (Acselrad, 2008: 10). Para um aprofundamento destas interpretações consulte-se as coletâneas organizadas por Henri Acselrad: i) Cartografias Sociais e Territórios. Rio de Janeiro. IPPUR-UFRJ. 2008 e também ii) Cartografias Social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate. Rio de Janeiro. IPPUR-UFRJ. 2010.

24 Reitero uma passagem do livro de Sérgio Leite Lopes que me parece bastante elucidativa: “O termo “ambientalização” é um neologismo semelhante a alguns outros usados nas ciências sociais para designar novos fenômenos ou novas percepções de fenômenos.” (Leite Lopes et al. 2004:17). Seu uso difuso e acrítico propicia uma interiorização das diferentes facetas da questão pública

critérios que passam a propalar o preceito de “proteger a biodiversidade” e de delimitar áreas de incidência de determinados recursos naturais, considerados “essenciais” ou “estratégicos”. Ainda que esta tendência persista pontificando com respeito à região amazônica, cabe registrar que estamos assistindo, neste início da segunda década do século XXI, um certo esgotamento de esquemas explicativos que privilegiam fatores ambientais para explicar realidades localizadas. A ênfase nestes “fatores ambientais” e seu poder explicativo revelam sinais de exaustão através de formações discursivas caracterizadas pela monotonia, pela repetição e pela enumeração infinita de autoevidências.

ATUALIZAÇÃO DO AGRIMENSOR

Um outro efeito do referido deslocamento no campo de significação da cartografia social, concerne a reinterpretações de textos literários que focalizaram, em meados do século XX, sob diferentes prismas, as práticas de cartografar, elegendo-as como tema relevante, numa ação similar àquela dos filósofos. Estes textos são revisitados num momento em que o desenvolvimento desigual do capitalismo provoca um deslocamento de fronteiras, que resulta em fenômenos que tem sido denominados de “balcanização” e “novos nacionalismos” com seus efeitos mais diretos: “limpeza étnica”, “leis severas de imigração” e “vigilância extrema de fronteiras internacionais”. Em outras palavras: hierarquizam-se territórios e delimitam-se “áreas de proteção”, redesenhando mapas de vastas regiões em conflito aberto.

Pode-se ilustrar, inicialmente, tais releituras com a “atualização²⁵” de literatos como F. Kafka e A. Carpentier, em copiosas citações de filósofos, antropólogos e especialistas em ciência do direito. Estes dois produtores literários, agora relidos e reinterpretados, ressaltaram, em pelo menos dois livros, entre 1926, com Kafka²⁶, e 1943, com Carpentier²⁷, a figura do “agrimensor”, que foi um dos principais agentes históricos do processo de produção cartográfica. O “agrimensor”, que funciona em sinonímia com “topógrafo”, detém a competência técnica para

do “meio-ambiente” como se constituísse “naturalmente” um fator de consenso na vida social. Cf. Leite Lopes et al. (org.) – A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro. NUAP - Ed. Relume & Dumará. 2004 pp. 17-38.

25 Estamos utilizando o termo “atualizar” no sentido que lhe empresta Foucault, qual seja, como formular um problema, no tempo presente, nos termos da comunidade de que se faz parte.

26 No livro de Kafka a narrativa transcorre em torno da chegada de K., que se apresenta como “agrimensor” e se diz chamado a prestar serviços pelo Conde, que exerce sobre aqueles domínios e sobre camponeses, artesãos, pequenos comerciantes e burocratas um poder senhorial simbolizado pelo Castelo. Cf. Kafka, Franz – O castelo. São Paulo. Martin Claret. 2006 (tradução de Torriero Guimarães).

27 A partir de uma viagem pelo Haiti, em 1943, Carpentier relata, com as técnicas do realismo mágico ou da “realidade maravilhosa”, a revolta dos escravos no início do século XIX e as dificuldades inerentes à sua resistência através da figura de um personagem religioso, que ao final vê a chegada dos agrimensores com apreensão. Vide Carpentier, Alejo – “Los agrimensores” in El reino de este mundo. Caracas, Fundación CELARG (Centro de Estudios Latinoamericanos Rómulo Gállegos). 2005. pp. 151-154

fixar limites e para demarcar territórios, produzindo os “memoriais descritivos”, que resultam em mapas aos quais são atribuídos a construção da “identidade nacional” seja como império, como potência ou como “história”. Agamben²⁸, na primeira década do século XXI, recupera Kafka, e tendo o império romano como referência histórica, reatualiza a singularidade da figura do agrimensor em termos jurídicos e literários, notadamente em situações de tensão social e de litígios de fronteira:

“Na medida em que se ocupava da constituição dos confins ou limites, o agrimensor tinha em Roma uma importância particular. Para se chegar a ser agrimensor (ou segundo o nome do seu *instrumento gromaticus*), era necessário passar-se um exame difícil, à falta do qual o exercício da profissão podia ser punido com a pena de morte. O limite em Roma tinha com efeito, um caráter a tal ponto sagrado, que aquele que destruísse extremas (*terminum exarare*) tornava-se *sacer* e podia ser impunemente morto por quem quer que fosse. Mas para a importância da agrimensura havia razões mais simples. Tanto no direito civil como no público, a possibilidade de conhecer os confins dos territórios, de identificar e atribuir parcelas do solo (*ager*) e, por fim, de decidir dos litígios de fronteira, condicionava o próprio exercício do direito. Por isso, na medida em que era, como vimos, por excelência um *finitor* – aquele que estabelece, conhece e decide os limites – o agrimensor era designado também como *iuris auctor*, “criador de direito”, e vir *perfectissimus*”. (Agamben, 2009:43) (g.n.).

Quando as exigências mercantis conduzem para a demarcação e pronta titulação de áreas, as funções históricas da agrimensura, elementares para a montagem das estatísticas cadastrais, tornam-se questões proeminentes da ordem do dia dos debates acadêmicos e das medidas emanadas das políticas governamentais voltadas para a privatização do estoque de terras públicas e para a denominada “regularização fundiária”. Os astrolábios²⁹ para o cálculo das latitudes, os cronômetros e os instrumentos de topografia são literariamente reintroduzidos numa discussão que, para naturalizar os procedimentos de medição na estrutura fundiária, encurta distâncias temporais e simula a rota inexorável do “progresso”. Como pano de fundo não apenas legislações e ações agrárias historicamente fundantes, mas medidas operacionais articuladas com inovações tecnológicas, a saber: bancos de dados, estações de trabalho com fins de geoprocessamento, meios digitais para leitura das imagens de satélites e softwares vários, que passam a determinar o trabalho digital cartográfico responsável pelo ingresso da terra como mercadoria plena em diferentes circuitos de mercado.

28 Cf. Agamben, Giorgio – “II - Agrimensor”. in Nidez. Lisboa. Relógio D’água Editores. 2009 (trad. Miguel Serras Pereira) pp. 43-49

29 O Regimento do Astrolábio, impresso no começo do século XVI e cuja redação é anterior a 1485, consiste num manual de ciência náutica para uso dos marinheiros portugueses (Cortês, 1957:78).

B. Anderson³⁰ sublinha o papel do agrimensor a partir da invenção do cronômetro, em 1761, quando se tornou possível efetuar o cálculo preciso de longitudes, dispondo a superfície do planeta a uma rede geométrica que esquadrihava mares e regiões inexploradas. Esta tarefa ficou a cargo de exploradores, agrimensores e forças militares, sobretudo na Ásia e, em particular, no antigo Sião que corresponderia aproximadamente ao que hoje é a Tailândia. Vejamos:

"En el sudeste de Asia, la segunda mitad del siglo XIX fue la edad de oro de los agrimensores militar-coloniales y, poco después, thai. Ya estaban en camino para poner el espacio bajo esa misma vigilancia que los empadronadores estaban tratando de imponer a las personas. Triangulación por triangulación, guerra por guerra, tratado por tratado, avanzó la alienación del mapa y el poder." (Anderson, 1993:242).

A experiência de Carpentier no Haiti, em 1943, que recupera os agrimensores pós-revolução do início do século XIX, juntamente com aquela de James, em 1938, tem sido hoje colocada no cerne das questões sobre a expansão dos empreendimentos agroindustriais face a povos e comunidades tradicionais. Os vitoriosos ex-escravos, agora na condição camponesa, viam nos agrimensores que mediam as terras a reencarnação da figura autoritária dos colonizadores franceses:

"Pero, una mañana aparecieron los Agrimensores. Es necesario haber visto a los Agrimensores en plena actividad para comprender el espanto que puede producir la presencia de esos seres con oficio de insectos. Los Agrimensores que habían descendido a la Llanura, venidos del remoto Port-au-Prince, por encima de los cerros nublados, eran hombres calados, de tez muy clara, vestidos – era preciso reconocerlo- de manera bastante normal, que desenrollaban largas cintas sobre el suelo, hincaban estacas, cargaban plomadas, miraban por unos tubos, y por cualquier motivo se erizaban de reglas y de cartabones. Cuando Ti Noel vio que esos personajes sospechosos iban y venían por sus dominios, les habló enérgicamente. Andaban de aquí para allá, insolentemente, midiéndolo todo y apuntando cosas con gruesos lápices de carpintero, en sus libros grises, El anciano advirtió con furor que hablaban el idioma de los franceses, aquella lengua olvidada (...). Ti Noel los conminó a retirarse, gritando de tal manera que uno de los Agrimensores acabó por agarrarlo por el codo (...). Pero al día siguiente, andando por la Llanura en busca de algo que comer, observo que los Agrimensores estaban en todas partes y que unos mulatos a caballo, con camisas de cuello abierto, fajas de seda y botas militares, dirigían grandes obras de labranza y deslinde llevadas a cabo por centenas de negros custodiados. Montados en sus borricos, cargando con las gallinas y los cochinos, muchos campesinos abandonaban sus chozas, entre gritos y llantos de mujeres para refugiar-se en los montes. Ti Noel supo, por un fugitivo, que las tareas agrícolas se habían vuelto obligatorias y que el látigo estaba ahora en manos de Mulatos Republicanos, nuevos amos de la Llanura del Norte." (Carpentier, ibid. 152).

Esta representação literária do agrimensor ressalta um conhecido preceito de que mede a terra quem tem poder para fazer viger seus limites. Em outras palavras, estes textos literários, as resenhas e os comentários evidenciam um problema do presente que pode ser assim resumido: os atos de medição traduzem uma relação de poder.

RIGOR E UTOPIA

Um outro clássico da literatura universal, que tem sido constantemente "atualizado" neste debate é Jorge Luis Borges, que se torna um autor-fonte imprescindível para o entendimento das práticas de cartografar. Seus textos tanto propiciam uma distinção entre "rigidez" e rigor científico, relativizando o mapa como uma imitação do real, tal como ressaltam Bourdieu³¹ e Baudrillard, quanto permitem discutir a lógica dos sistemas de classificação e dos princípios taxionômicos que hierarquizam realidades, tal como assinalam Foucault e Rancière³² e tantos outros ao lerem "El idioma analítico de John Wilkins".

31 Vide Benedict, Anderson – Comunidades imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. México. Fondo de Cultura Económica. 1993

31 Borges é largamente citado. Para efeitos de ilustração à questão em pauta gostaria de mencionar que o texto citado por Bourdieu e Baudrillard é aquele que, mencionando Suárez Miranda de 1658, Borges se refere a um império, cuja arte da Cartografia alcançou tal rigidez que o Colégio de Cartógrafos elaborou um mapa do Império, que tinha o tamanho do próprio Império e que as gerações seguintes o consideraram um "mapa inútil". A saber:

"... En aquel império, el Arte de la Cartografía logro tal Perfección que el mapa de una sola Provincia ocupaba toda una Ciudad, y el mapa del Imperio, toda una Provincia. Com el tempo, esos mapas Desmesurados no satisficieron y los Colegios de Cartógrafos levantaram un Mapa del Imperio, que tenia el tamaño del Imperio y coincidía puntualmente con él. Menos Adictas al estudio de la Cartografía, las Generaciones Sigüientes entendieron que esse dilatado Mapa era inútil y no sin Impiedad lo entregaron a las Inclemencias del Sol y de los Inviernos. En los desiertos del Oeste perduran despedazadas Ruinas del Mapa, habitadas por Animales y por Mendigos; en todo el País no hay otra reliquia de las Disciplinas Geográficas.

Suárez Miranda: Viajes de Varones Prudentes. Libro Cuarto, cap. XLV.Lérida.1658." (Borges, 2006:119).

Cf. Borges, Jorge Luis – "Del rigor en la ciencia" in El Hacedor. Buenos Aires. Alianza Editorial. 2006 p.119

Eis a citação de Bourdieu sobre esta pretensão da escala 1x1 ser sinônima do "rigor científico": "Destarte, por pretenderem fazer a mímica da ciência, os biógrafos gostam de exhibir a feira de documentos exumados com paciência, cabendo-lhes destino semelhante ao daqueles geógrafos cuja preocupação de fidelidade ao real leva-os, segundo a parábola de Borges, a produzir um mapa tão grande como o país." (Bourdieu, 2007:184).

32 Borges enfatiza, ao constatar as arbitrariedades, registradas por Wilkins, sobre o enciclopedista chinês, responsável pelo Emporio Celestial de Conocimientos Benévolos, e do Instituto Bibliográfico de Bruxelas, que "não há classificação no universo que não seja arbitrária e conjetural" (Borges, 2005:153). Este texto, citado por Foucault na introdução de As palavras e as coisas e por Rancière no artigo "Borges à Sarajevo", in Rancière, J. – Chroniques des Temps Consensuels. Paris. Ed. du Seuil. 2005 pp.15-19, (traduzido para o português, por José Carlos Macedo, como "Ossuário da purificação étnica" – Folha de São Paulo. 10 de março de 1997), trata-se de "El idioma analítico de John Wilkins" in Borges, Jorge Luis – Otras Inquisiciones. Buenos Aires. Emecé Editores. 2005 (1ª edição 1960) pp.149-155

Há ainda muitos outros literatos, filósofos, historiadores e poetas, igualmente clássicos, a fazer um uso metafórico da cartografia, que de algum modo estão sendo recuperados, relidos e copiosamente citados. Há inclusive coletâneas recentes que, interrogando se o romance é uma forma do passado, são classificadas³³ como “A cartografia imaginária do mundo” (Freitas, 2009). Um dentre estes literatos seria Oscar Wilde, reinterpretado a propósito das ocupações, rebeliões e movimentos de rua e de concentrações populares duradouras em praças públicas, em diferentes metrópoles (Túnis, Cairo, Madri, New York, Atenas, Saana...), que marcaram o ano de 2011. Tariq Ali, historiador paquistanês, citando Wilde, assim inicia seu artigo intitulado “O espírito da época”, sobre o movimento Occupy Wall Street³⁴:

“Um mapa do mundo que não inclua Utopia não merece ser olhado”, escreveu Oscar Wilde, “já que deixa de fora o único país no qual a humanidade está sempre desembarcando. E quando a humanidade chega ali, olha para o horizonte e, ao ver um país melhor, zarpa em sua busca. O progresso é a realização de Utopias.” (Ali, 2012:65).

Nestas mobilizações dos ditos “utópicos”, que muitos autores criticam pela “falta de programas”, não faltam práticas cartográficas. Elas implicam em estratégias de deslocamentos sucessivos e o mapa é construído nas ruas e praças, lugares públicos por excelência. Os encontros que precedem às ocupações são marcados através da internet, e com GPS, que assinalam possíveis variações de rotas alternativas³⁵, principalmente em casos de repressão policial. A movimentação continuada na malha urbana, sempre zarpando para outras ruas e agrupando ora aqui, ora ali e ora acolá ou alacolé, é que produz e desconstrói mapas, demonstrando sua situacionalidade, não obstante os deslocamentos sucessivos encontrarem-se referidos a um mesmo ato de mobilização. Os mapas aqui, mesmo face às ocupações de praças, mais traduziriam uma idéia de movimento e seriam similares a múltiplos fluxos interrompidos e simultaneamente reiniciados. Os agentes sociais se deslocam através ou ao longo de espaços fisicamente delimitados numa sequência de operações não-regulares de resistência e contestação. Fazendo-o concorrem para produzir mapas contingentes e relacionais, estreitamente vinculados ao ritmo e à contramarcha de suas próprias mobilizações políticas.

33 Vide Freitas, Guilherme- “A cartografia imaginária do mundo”. O Globo. Prosa e Verso. Rio de Janeiro, 24 de outubro de 2009. Esta resenha refere-se à coletânea, em cinco volumes, sobre a literatura mundial, organizada por Franco Moretti, professor da Universidade de Stanford (EUA), e mais precisamente ao quinto volume intitulado O romance.

34 Cf. Ali, Tariq – “O espírito da época” in Harvey, D. et al. – Occupy - movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo. Carta Maior-Boitempo Editorial. 2012. pp.65-71

35 No livro organizado por Ned Ludd tem-se na capa um mapa urbano com setas vermelhas indicando possíveis mobilizações e evidenciando a lógica do ativismo “territorializado” de grupos como Black Block, Tutti Bianche (de Bolonha), Reclaim the Streets (RTS) e o coletivo Wu Ming (“Sem Nome”, em mandarim, coletivo que compreende um grupo de escritores italianos egressos do Projeto Luther Blisset), dentre outros. Cf. Ned Ludd (org.) – Urgência das ruas- Black Block, Reclaim the Streets e os dias de ação global. São Paulo. Conrad Livros. 2002.

“MAPAS COGNITIVOS”

Um outro autor também relido seria o romancista cubano José Lezama Lima³⁶, que busca o lugar da descrição pelos sentimentos com uma breve, senão fugaz, noção de “cartografia impressionista” (Lima,1993:121). Abrangendo experiências sensoriais explicitam que representações, pensamentos e lembranças mapeiam lugares e situações. Poderia ainda ser citado neste tópico o pensador norte-americano Fredric Jameson³⁷ com a noção de “mapas cognitivos” (Razmig, 2010:95), cujo ensaio assinala que o capitalismo tardio produz não somente uma cultura, mas uma gama de emoções que permitiriam talvez mapear a angústia, o sofrimento, a dor e a tragédia, que pairam como uma sombra sobre as políticas de enfrentamento das crises econômicas mais recentes. Para este autor na “época pós-moderna”, que corresponde ao capitalismo tardio, haveria um enfraquecimento da historicidade como corolário da perda da memória coletiva e de uma incapacidade de conceber o futuro. Em decorrência o espaço dominaria o tempo (Jameson apud Razmig, ibid. 300). A cartografia social seria vista aqui como atrelada a um certo modelo de desenvolvimento, cujos impactos desestruturam metodicamente organizações comunitárias e coletivos inteiros. Talvez seja possível afirmar que com as políticas de “reorganização de espaços e territórios”, eufemizadas pelas expressões “regularização fundiária”, “reordenamento territorial”, “reassentamentos” e congêneres, os mapeamentos de agentes sociais classificados como “atingidos” ou como “refugiados do desenvolvimento” se destacam, complementando a hierarquização de territórios, proposta pelas agências multilaterais, que delimita o tipo de expansão considerada necessária à reestruturação formal do mercado de terras³⁸.

POESIA NA “NOVA DESCRIÇÃO”

De igual maneira permanentemente “atualizado” seria o poeta português Fernando Pessoa, que buscou reforçar as bases de uma identidade nacional peculiar, quer dizer, aquela de um “nacionalismo cosmopolita”. Suas composições poéticas, entre 1922 e 1934 – resultaram na publicação de Mensagem - exaltando a cartografia náutica e o “globo mundo” na história de Portugal, como fator de expansão territorial, como veremos adiante.

36 Cf. Lima, José Lezama – Sucesivas y coordenadas. (Edición de Susana Cella). Buenos Aires. Compañía Editora Espasa Calpe Argentina S.A. 1993 pp. 120, 121.

37 Edward W. Said reinterpreta o sentido de late, convidando-nos a pensar a “Conversão do tempo em espaço” ou a “Transformação da sequência cronológica em paisagem, de modo que sempre se torne possível ver, vivenciar, capturar e trabalhar o tempo... Adorno: paisagem fraturada como objetivo”(os itálicos são do próprio Said) (Said apud Woody,2009:12). Cf. Said, EW – Estilo Tardio. São Paulo.Cia. das Letras. 2009 (1º. ed.2006). Para consultar a interpretação distinta de Jameson, que incide num equívoco cronológico ao insistir no “pós”, leia-se: Jameson, F. – Postmodernisme, ou la logique culturelle du capitalism tardif. ENSBA. Paris. 2007 (1º. ed. Londres, 1991).

38 Sobre a reconceitualização de território, refletindo novos critérios de classificação e uma dúvida combinação entre fatores ambientais e econômicos, consulte-se: Almeida, A.W.B. de – “Entre a “proteção” e o “protecionismo””. Le Monde Diplomatique. Brasil, maio de 2012. Pp.20,21.

A relação da cartografia com histórias de impérios é colocada nas mesas de discussões, perpassando romances, poemas, ensaios, resenhas e comentários da crítica literária. Prevalece a assertiva de que não é mais possível pensar o mundo atual, representado pela cartografia social através de inovações tecnológicas, sem a produção literária ou sem a poesia. Há intérpretes que postulam o contrário, asseverando que fazer mapas era uma “aventura” e tinha um “encanto” que já não existe mais. Segundo Paulo Miceli³⁹, em entrevista a Bruno Fiúza, publicada em Carta Capital, de 17 de outubro de 2012, intitulada “A poesia dos mapas” (Fiúza, 2012:69):

“Os mapas perderam essa poesia e esse grande desafio. Hoje você consegue localizar um leão na África em tempo real com um GPS.”

A “nova cartografia social”, em certa medida, recolocaria à descrição etnográfica a relevância do reencontro com a poesia, enquanto narrativa do cotidiano, que tanto pode estar na fala do membro da comunidade que foi entrevistado, quanto daquele que a interpreta consoante os cânones da ciência, delineando uma relação de pesquisa peculiar. As narrativas são confluentes e livres das classificações temporais de “começo” ou de “fim” e das adjetivações que as opuseram simetricamente em “grandes” e “pequenas” narrativas. São muitas as ilustrações de politização da “nova descrição” pela poesia. Uma delas concerne às interpretações e entrevistas realizadas pelo antropólogo Txai Terri Aquino⁴⁰, com lideranças indígenas de diferentes povos (Kaxinawá, Ashaninka, Yawanawá, Apurinã, Kuntanawa), demonstrando como os povos indígenas do Acre, que até 1975 só existiam oficialmente nos altos rios, como que confinados bem distantes dos seringais, mobilizam-se pelo reconhecimento de seus territórios nas terras dos médios e baixos rios. As narrativas livres das lideranças indígenas, registradas nas colunas de periódicos regionais, desde outubro de 1987, designadas “Papos de Índio”, produzidas por Aquino, confluem igualmente para uma coesão social imprescindível às ações coletivas, que afirmam direitos territoriais, concorrendo para a consolidação de territorialidades específicas em diversas regiões acreanas. Os procedimentos de produção de laudos de identificação e de mapeamentos elaborados no âmbito da ação de Txai Terri, sempre articulados com movimentos indígenas, resultaram no reconhecimento formal de inúmeras terras, nutrindo um *modus operandi* aqui intitulado de “txaísmo”⁴¹. Os relatórios elaborados a partir destas práticas antropológicas combinam um estilo conciso e solto com uma “câmara microscópica”, que descreve com pormenor os fatores considerados mais relevantes pelos indígenas para afirmar e mapear seu território. Este conjunto de práticas, além de desfazer o “desterro da poesia”, conflui para a descrição cartográfica, aberta e precisa, acenando para possibilidades de resistência numa conjuntura de “crise do capitalismo” nos “países centrais” concomi-

39 Miceli reuniu 160 mapas raros, dos séculos XVI e XVII, relatando as circunstâncias em que foram produzidos. Vide: Miceli, Paulo – O Desenho do Brasil no Teatro do Mundo. São Paulo. Unicamp. 2012

40 Cf. Aquino, Txai Terri – Papo de Índio. Manaus. UEA Edições. 2012

tante com uma expansão dos agronegócios nos “países emergentes”. Expansão que ocorre pelo controle direto de amplas extensões de terras, através da flexibilização dos direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais. Tal expansão, que tem se tornado essencial para o controle do mercado de commodities, amplia enormemente os conflitos sociais pela usurpação de terras indígenas, quilombolas e de demais povos, deixando interrogações sobre o futuro próximo.

Não por acaso o Projeto Nova Cartografia Social da Amazonia, conquistou um prêmio internacional. Os “visionários” são vistos como poetas que emprestam à “nova descrição” uma percepção intrínseca de saberes outrora dominados que irromperam na cidadela do “Colégio de Cartógrafos”, renovando-a.

RUPTURA COM A EUROCENTRICIDADE

A ruptura com o eurocentrismo nos mapeamentos consiste numa questão proeminente nesta quadra de reconceitualização cartográfica. Os resultados da relação da cartografia com a religião são recuperados historicamente pelo antropólogo Jack Goody, num acurado levantamento documental em que procura desconstruir o discurso eurocêntrico produzido a partir do Renascimento clássico. Goody constata a perda de informação científica sob a hegemonia do cristianismo. Analisa os efeitos negativos do cristianismo sobre o pensamento científico e, em especial, sobre a cartografia, tal como ressaltado pelo historiador Al-Masudi, no século X, senão vejamos:

41 Estamos utilizando o termo “txaísmo” com o objetivo de estabelecermos uma distinção entre o processo de demarcação das terras indígenas a partir da mobilização dos próprios indígenas, que tem sido perpetrado notadamente no Acre, a partir do final dos anos 70, e os procedimentos dos “sertanistas” do SPI e da FUNAI face aos povos indígenas e seus territórios, que tem no “rondonismo” e no “villaboasismo” seus pontos culminantes. O que estamos chamando de “txaísmo” trata-se de um exercício de contrastes, nomeando um repertório de práticas recentes ainda sem classificação precisa. Refletindo contrastivamente pode-se adiantar, de forma resumida, que o chamado “rondonismo” pensava em reservas indígenas, como “lotes”, não havia a noção de “território”, e o princípio de “proteção” pressupunha a figura necessária de um mediador forte, “desbravador”, “destemido” e “disciplinador”. Inspirado no “catecismo positivista” forjou um “indigenismo” radical na sua “ação civilizatória”(definindo inclusive vestuário) perpetrada pelos “servidores públicos” cognominados, de maneira corrente, de “sertanistas”. O denominado “villaboasismo”, por sua vez, defendeu a idéia de “parque indígena” ou grandes áreas cercadas com picos e variantes, administradas por funcionários encarregados de estabelecer limites e proceder aos mapas concernentes às áreas inspirados na “imemorialidade das terras” também designadas de “terras de índio”. Pressupunha uma idéia de “território” construída de fora pela figura de um “mediador forte”, com poder de convencimento na relação com os aparatos de Estado, conjugando determinação (rigidez na relação com os indígenas, definindo inclusive práticas de aliança) e um certo tipo de “aventureirismo” (lido como despojamento e dedicação absoluta à causa indígena). Ambos estes procedimentos consideram o mediador como necessário, a tutela como imprescindível e uma posição sempre assimétrica do mediador face aos indígenas. Ao contrário destes *modus operandi* a experiência do “txaísmo”, relativiza esta assimetria, acredita na autonomia dos indígenas face aos mediadores e nutre uma noção determinante de “território”. Derivado do termo “txai”, mais que amigo, tal conjunto de práticas, que certamente não se reduz às experiências acreanas, apóia-se em mapas produzidos pelos próprios indígenas, fundados no conceito de “terras tradicionalmente ocupadas” e nas modalidades de gestão de recursos por eles encetadas.

“Por exemplo, no que diz respeito à cartografia, os mapas cristãos regrediram em relação aos minuciosos mapas gregos e romanos – e, de algum modo, em relação aos mapas islâmicos, como os de Al-Idrisi, no livro de Rogério (1154) e mais tarde, no século XVI, no norte da Europa, os mapas de Mercator. O mapa cristão do início do século XVII(“.....”) foi chamado de “diagrama bastante parco”. Ptolomeu teve de ser redescoberto, assim como a maioria das ciências teve de renascer.”(Goody,2011:95).

As críticas ao eurocentrismo na produção de mapas tem sido levadas a cabo desde o final da II Guerra Mundial colocando em pauta as controvérsias sobre as projeções que sempre localizaram a Europa no centro do mapa mundi. O antropólogo Otávio Velho, em conferência na 64ª. Reunião Anual da SBPC, em 27 de julho de 2012, intitulada “Contradição ou complementaridade: novas tendências do pensamento vistas a partir da antropologia”, chamou a atenção para aqueles sociólogos e antropólogos que vêem tudo a partir da Europa e para as recentes críticas aos mapas que apresentam a Europa como “imensa” e “no centro do globo” em contraposição à “periferia”, onde se localizariam as antigas possessões” do período colonial, apresentadas como “menores”, “pequenas” e à margem. As críticas ao eurocentrismo, sob este prisma, passariam por uma retomada das críticas ao colonialismo, abrangendo inclusive a noção de “colonialismo interno”, que foi trabalhada pelo antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira.

Jeremy Black, numa análise histórica, sintetiza, entretanto, as dificuldades para se superar os efeitos da eurocentricidade na produção de mapas⁴²:

“O problema do eurocentrismo no mapeamento tem sido cada vez mais reconhecido desde 1945, e tentativas importantes tem sido feitas para adotar uma perspectiva menos eurocêntrica. Isto é preeminente verdadeiramente verdadeiro em relação aos atlas do primeiro mundo, mais claramente como consequência de controvérsias sobre projeções. Arno Peters criticou a projeção de Mercator e em 1972 empregou uma projeção de área-igual que subsequentemente levou ao Peters Atlas of the World (Londres, 1989). Isto tornou o Terceiro Mundo mais visualmente proeminente. Assim também, embora de forma menos notável, agiu a ótima projeção configuracional do Oxford-Hammond Atlas of the World (Oxford, 1993). Esses mapas ainda mantinham o norte no topo, mas esta convenção é cada vez mais questionada na Australásia: o Universal Corrective Map de MacArthur publicado em Artarmon, Nova Gales do Sul, em 1979, tinha o sul no topo e o eixo central passando através de Camberra.” (Black, 2005: 339).

A problematização da representação espacial tende a acentuar-se uma vez que, do ponto de vista econômico, o centro de gravidade do mundo, estaria mudan-

do. Para Hobsbawm, com a atual depressão econômica, ele se move do Oeste (América do Norte e Europa) para o Sul e para o Leste asiático (Hobsbawm,2012). Tal movimento é de um tempo largo, já que as velhas regiões metropolitanas e hegemônicas tem um acúmulo de riquezas que lhes permite garantir ainda por décadas e décadas um padrão de vida superior ao dos emergentes⁴³. Uma das deduções poderia indicar que não teremos grandes alterações cartográficas nos mapas mundi a curto prazo, embora a tensão social nos “países centrais” mantenha uma tendência ascendente, consoante o historiador inglês.

VULGARIZAÇÃO DA CARTOGRAFIA

Um outro efeito do citado deslocamento concerne à vulgarização corrente do uso do termo “cartografia”, que passa a fundamentar uma série de escolhas tanto nos processos de tomada de decisão por parte de agências multilaterais (Hoffmann, 2010) e organismos oficiais, no âmbito de planos, programas e projetos oficiais, quanto no escopo das ações de associações voluntárias da sociedade civil (ong’s), em que aparecem sob os eufemismos de “mapeamento participativo” e de “ordenamento territorial”⁴⁴ (Acseirad, 2008 e 2010).

As categorias de conhecimento relativas a espaço e tempo estão conhecendo sensíveis modificações face à implementação de políticas de “reorganização de espaços e territórios” e de medidas relativas à cidadania, à imigração, ao meio-ambiente e à soberania. A compreensão de que a categoria espaço torna-se prevaiente consiste num desafio para o pensamento crítico⁴⁵. As modificações não são um produto mecânico da expansão gradual das trocas, mas sim o efeito de uma ação de Estado deliberadamente protecionista, voltada para a reestruturação de mercados, disciplinando a comercialização da terra e dos recursos florestais e do subsolo⁴⁶ (Almeida, 2012:21). A intensificação

43 Vide Entrevista exclusiva à Revista Sem Terra, concedida pelo historiador Eric Hobsbawm à jornalista Verena Glaas, dada a público em 03 de outubro de 2012. Na esteira de interpretações aproximadas, muitos autores, “encurtando o tempo” já classificam o século atual como “Asia’s Century”. Assinalam que a Ásia é a região mais expressiva demograficamente, ou seja, a mais populosa do mundo e dentro de alguns poucos anos será também a maior produtora de bens e serviços e a maior consumidora destes mesmos bens e serviços. (cf. Prates, Alcides G.R. – ex-Embaixador do Brasil no Vietnã e nas Filipinas – “O século da Ásia, a cooperação”. Valor. 23 a 25 de novembro de 2012)

44 As coletâneas criteriosamente organizadas por Henri Acseirad, em 2008 e 2010, consagraram a expressão “cartografia social” ao discutir os recentes debates em torno do processo de produção de mapas e suas implicações políticas. Os comentários críticos sobre os denominados “mapeamentos participativos” devem ser compulsados detidamente.

Na coletânea de 2010 consulte-se principalmente: Hoffman, Maria B. – “Mapeamentos participativos e atores transnacionais: a formação de identidades políticas para além do Estado e dos grupos étnicos” pp.47-80 e também Vianna Jr., Aurélio – “Reforma Agrária e territórios: uma reflexão preliminar sobre o lugar das políticas de reconhecimento na questão agrária.” pp. 81-92

45 Consulte-se a propósito Keucheyan, Razmig – Hémisphère gauche: une cartographie des nouvelles pensées critiques. Paris. Editions La Découverte. 2010 pp.201-309

46 Cf. Almeida, A. W. B. de – “Entre a “proteção” e o “protecionismo”. Le Monde Diplomatique Brasil.

42 Cf. Black, Jeremy - Mapas e História. Construindo imagens do passado. Bauru-SP. EDUSC. 2005 (trad. Cleide Rapucci).

da ação político-partidária no Congresso Nacional em torno da reforma dos códigos florestal, penal, comercial, dos recursos hídricos, do processo civil e de mineração, consiste no capítulo mais recente destas medidas. Constitui uma etapa político-jurídica para assegurar a aceleração da circulação de mercadorias mediante as crises recentes do capitalismo, restringindo, por outro lado, a circulação das pessoas e seus respectivos direitos de cidadãos e de acesso aos recursos da natureza. Além disto, estes códigos tem incidido na criminalização dos atos de resistência comunitária, visando inibir quaisquer mobilizações contrárias e quaisquer direitos coletivos para todas as modalidades organizativas dos diferentes povos e comunidades tradicionais. Além disto, tais medidas parecem obsecadas por dispositivos de reestruturação formal do mercado de terras, levando invariavelmente ao desmonte dos estoques de terras públicas e à usurpação de direitos territoriais de povos indígenas e “tribais”⁴⁷, cujas categorias de autodefinição são constantemente negadas, persistindo denominações e classificações de nítida inspiração colonialista, tais como: “autóctones”, “aborígenes” e “primitivos”. Aqui, não obstante as especificidades daquelas unidades sociais e as distintas formas de suas autodefinições, seria razoável uma perspectiva universal contemplando os direitos coletivos para todas elas. As variações no significado de território, comprimindo os espaços públicos e de uso comum dos recursos naturais, derivam dos efeitos da implementação destas políticas e do tipo de reconhecimento oficial, que passam a afetar diretamente o processo de produção cartográfica apoiado na ação coletiva daqueles povos e comunidades.

COROLÁRIO DOS DESLOCAMENTOS

Em linhas gerais pode-se dizer que os múltiplos resultados destes sucessivos e sobrepostos deslocamentos de significados implicam num complexo campo de disputas teóricas em que as prerrogativas de se “falar sobre” cartografia social, obrigam aqueles que pretendem se posicionar, implícita ou explicitamente, neste campo, à enunciação primeira de seu lugar institucional ou à explicação prévia do porque da conceituação adotada. Tais ditames reflexivos evidenciam que se está diante de um determinado patamar de conhecimento cartográfico que, ao contrário das “histórias dos mapas” insiste na desnaturalização da cartografia e dos produtos de suas respectivas práticas. Verifica-se nesta abordagem uma tentativa de duplo afastamento: i) do cartografismo, relativizando a ênfase nas “relações espaciais”, e ii) da manualização, contrapondo-se a uma “construção objetiva” de mapas calcada numa rígida disposição normativa.

Maio de 2012. pp.20,21.

47 Leia-se “tribais” nos termos da Convenção 169 da OIT, abrangendo comunidades remanescentes de quilombos, comunidades de faxinais, de fundos de pasto, de quebradeiras de côco babaçu, de ribeirinhos, de castanheiros, de seringueiros, de pescadores artesanais, de piaçabeiros, de peco-nheiros e demais povos e comunidades tradicionais. Tais povos e comunidades são conceituados no Decreto 6040, de 07 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT).

A persistência do termo “social”, compondo a expressão “nova cartografia social”, reforça este propósito de uma cartografia crítica, desnaturalizada, capaz de se contrapor simultaneamente ao positivismo e ao papel de direção absoluta e autoritária das forças políticas hegemônicas no processo de produção cartográfica.

A escolha da expressão “nova cartografia social” busca, portanto, efeitos contrastantes e se coloca consoante negações de significados anteriores de cartografia já glacializados na produção intelectual e científica. Seu significado intrínseco transcende assim, ao conjunto de instrumentos, que disciplinam a marcação de pontos e logram interligá-los entre si, sucessivamente, configurando extensões planisféricas ou delimitando espaços físicos e perímetros determinados através de linhas de divisão das águas, montanhas e regiões, consoante o poder político-administrativo. A “nova cartografia social” não pode ser reduzida, neste sentido, a critérios geográficos ou a um zoneamento ecológico, distinguindo biomas e ecossistemas e propiciando uma visualização das características físicas do mundo através de levantamentos planimétricos, altimétricos e quejandos⁴⁸. Está-se diante de significados vários que se conectam diretamente, ultrapassando a qualquer dicionarização e, em decorrência, aos efeitos topográficos de uma máquina calculadora de coordenadas para estabelecer delimitações. Este campo de significação relativiza também os “manuais técnicos” e os conhecimentos úteis e aplicações práticas, que restringem a “cartografia” a uma “ferramenta básica” de políticas governamentais voltadas para o desenvolvimento econômico ou a um método prático de fixar convenções e medidas, ordenando limites e confrontantes. Transcende, pois, às noções práticas de “regularização fundiária”, de “cadastro gráfico” e mesmo de “ordenamento territorial⁴⁹” do estoque de terras públicas, que facultam, no momento atual, o ingresso de imóveis rurais recém-titulados no mercado de terras.

48 Esta formulação evidencia que tais mapas são produto de relações sociais e não são exatamente “temáticos”, mesmo registrando ocorrências de desertificação, de contaminação de recursos hídricos, de devastação e de desmatamento de florestas tropicais

49 Este conjunto de termos e expressões compõe o léxico operacional de órgãos fundiários oficiais e das políticas governamentais, bem como das agências multilaterais voltadas para a estruturação do mercado de terras.

OCASO DOS IMPÉRIOS E O SURGIMENTO DE “NOVOS MAPAS”

1. Os fundamentos deste esforço crítico de gênese social da cartografia se estendem às interpretações históricas usuais. O esquema interpretativo de se refletir sobre o significado histórico da “cartografia” em berço luso, onde teria sido gerado o próprio termo “cartografia”⁵⁰, privilegia as “escolas cartográficas”⁵¹. Faz parte delas o estudo de “mapas antigos” que remetem a uma sofisticada cartografia náutica, datada dos séculos XIV e XV, que implicava, como bem resumiu o poeta Fernando Pessoa⁵², em instrumentalizar tudo que pudesse estabelecer

“O limite da terra a dominar – o mar que possa haver além da terra.” (Pessoa, 2007:42).

F. Pessoa, exaltando os portugueses como pioneiros das navegações intercontinentais, caracteriza na figura do Infante Dom Henrique – que detinha o monopólio dos conhecimentos cartográficos na Escola de Sagres, orientando as rotas de navegação de expedições exploradoras – o cerne deste poder dinástico e colonial. A ele assim se refere o poeta:

“O único imperador que tem deveras o globo mundo em sua mão.” (Pessoa, ibid. 41).

Esta posição imperial teria tornado “universal o temperamento português” e levou a que milhares de portugueses partissem para o Brasil, a África e a Índia e Brasil para territórios que “antecipadamente consideravam seu” (Lourenço, 2004:45). Como complementaria Eduardo Lourenço⁵³ em A Nau de Ícaro:

“Quando se parte como senhor não se veste a pele dolorosa do emigrante.” (Lourenço, ibid:45).

50 “Manuel Francisco de Barros e Sousa de Mesquita de Macedo Leitão e Carvalhosa (1791-1856), 2º Visconde de Santarém, é recordado internacionalmente entre os estudiosos de mapas antigos como o autor do termo “cartografia”. (Garcia, 2007:07). Cf. Garcia, João Carlos – “Mapas e Atlas do Visconde de Santarém. A prioridade no descobrimento da África Ocidental” in Portugal. Biblioteca Nacional – O Segundo Visconde de Santarém e a História da Cartografia. Lisboa. Biblioteca Nacional. 2006 pp. 07-16.

51 Cortesão elenca as escolas cartográficas vinculadas à expansão portuguesa e suas disputas territoriais com a Espanha, que dizem respeito aos mapas básicos para a formação social brasileira. “O problema da longitude só veio a tornar-se agudo, após o descobrimento das terras americanas e das dificuldades políticas criadas com o Tratado de Tordesilhas. Cf. Cortesão, Jaime – “As grandes escolas cartográficas do Ocidente” in História do Brasil nos Velhos Mapas. Rio de Janeiro. MRE-Instituto Rio Branco. 1957 pp 75-108.

52 Cf. Pessoa, Fernando – Mensagem. Lisboa. Assírio & Alvim. 2007 (1ª. Ed. 1934, sendo que “Mar Português”, série poética central desta publicação datas de 1922).

53 Cf. Lourenço, Eduardo – A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia. Lisboa. Gradiva. 2004 (3ª edição).

Esta ideologia colonizadora, recuperada criticamente por Lourenço, não se manteve e foi erodindo, erodindo, século após século, ao compasso de diferentes processos de descolonização, seja na América do Sul, no século XIX, seja na Ásia e na África, no século XX, logo após o término da II Guerra Mundial. Em outras palavras, como acentua o próprio poeta:

O “Império se desfez” (Pessoa, ibid.49).

A posição senhorial colonizadora foi derrotada de vez com a “Revolução de Abril” de 1975 e com as lutas de libertação em Angola, Moçambique e Cabo Verde, redesenhando mapas do que fora o império e os próprios conhecimentos relativos a eles.

2. Inversamente aos primórdios da expansão de Portugal, no ocaso do império francês, que tem no Haiti do início do século XIX e na Argélia dos anos 1950-60 seus capítulos mais expressivos, há mapas que vão ser produzidos pelas forças anticolonialistas ou pelo contrapoder. No Haiti são os escravos rebeldes que passam a mapear, como C.L.R. James bem registra (James, 2003). Ele explica como Toussaint L’Ouverture, aprende táticas militares ortodoxas, com oficiais monárquicos que haviam desertado pós-1789, e as utiliza para formar suas tropas e travar as lutas de libertação com os mesmos princípios igualitários da revolução francesa. Na resistência aos colonizadores o conhecimento geográfico dos membros das localidades de escravos rebeldes articula táticas de luta e elabora mapas detalhados, contrapondo-se à cartografia militar napoleônica:

“No habia mapas del distrito. Convocó (Toussaint) a los habitantes del lugar: de ellos aprendió la geografía local y sus nociones de geometría le permitieron elaborar valiosos mapas. Uno de sus guías fue Dessalines, hombre incapaz de leer ni escribir, con el cuerpo marcado por los latigazos, pero um soldado formidable y al que pronto se asignaría un alto puesto de mando.” (James, 2003 ;130).

Com a prisão e morte de Toussaint coube a Dessalines, o guia que bem conhecia as particularidades geográficas e que teve participação decisiva na elaboração de mapas a partir das comunidades, comandar as tropas que derrotaram as forças colonialistas francesas e libertaram o Haiti⁵⁴. Frente ao exemplo de Dessalines esta “nova” cartografia social nada teria de recente, no que tange a um conjunto de práticas de mapear executadas pelos membros das próprias comunidades com seus conhecimentos intrínsecos. Os escravos organizados na resistência são os artífices de seus mapas, vividos como instrumentos de

54 C.L.R. James, publicou seu livro sobre a revolução haitiana em 1938, e constituiu-se numa fonte fundamental para o trabalho de Eric Williams Capitalism and Slavery, publicado em 1944. Vide: James, C.L.R. – Los jacobinos negros. Toussaint L’Ouverture y La Revolución de Haiti. México. Fondo de Cultura Económica – Turner Publicaciones. 2003 (trad. de Ramón García).

Consulte-se ainda: Susan Buck-Morss, autora de Hegel, Haiti and Universal History. University of Pittsburgh Press. 2009, que recoloca o mapa de formação dos países caribenhos

defesa de seus territórios livres. Mantida a distinção entre “nação” e “colônia” em luta, pode-se asseverar que os mapas como arte de resistência, nas lutas libertárias no Haiti, comporiam uma pré-história “ideal” de uma cartografia social das comunidades quilombolas.

Aos mapas, enquanto produto de relações, se deve indagar, portanto, de sua autoria ou quem seriam aqueles que participaram diretamente de sua produção. A postura de desnaturalização dos mapas implica em que eles não sejam interpretados como uma “ação sem sujeito” ou como uma produção “anônima” e espontânea, naturalizada na mesmice da autoevidência, ou dotada de uma “objetividade” inquestionável como se qualquer um que os produzisse fosse alcançar necessariamente o mesmo resultado.

CARTOGRAFIA E TERRITÓRIO

Ao recusar a representação “objetiva” e naturalizada da terra, ao contrário de qualquer saber aplicado, a “cartografia social” se desdobra na imaginação, nas linhas de pensamento e em práticas políticas complexas, dialogando criticamente com as circunscrições territoriais inspiradas nos princípios helênicos da reforma de Clístenes. Este instituiu o critério de demos, cujas circunscrições territoriais são politicamente construídas, baseadas numa igualdade ou equivalência de condições e de recursos da natureza, por oposição às desigualdades antes prevalentes, impostas como “naturais” a partir de fundamentos do poder ancorados nos laços de parentesco e na religião, constituintes do critério de ethnos (Rancière, 2005).

Consoante esta modalidade de politização e um esforço permanente de “desnaturalização” o significado de cartografia social pode ser aproximado do sistema de representações de agentes sociais nomeados juridicamente, a partir da Constituição brasileira de 1988 e da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1989, como “povos e comunidades tradicionais”. Mediante estes dispositivos jurídicos estes povos e comunidades, que encaminharam reivindicações à Constituinte, encontram condições de possibilidades para se mobilizarem de maneira consciente e consolidada por seus direitos territoriais, confrontando os critérios de “partilha natural”, justificadores da desigualdade na apropriação dos recursos (Rancière, 2005) e esposados por seus antagonistas históricos. Povos indígenas e quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, faxinalenses e comunidades de fundos de pasto, entre outras identidades coletivas passam a se manifestar publicamente através de formas organizativas peculiares. A pauta reivindicatória de territórios torna-se adstrita à consciência de si mesmos e estes mencionados povos e comunidades, mobilizam-se sem dissociar as lutas econômicas dos fatores identitários. Tal autoconsciência é coextensiva à mobilização política em torno de uma territorialidade específica considerada fundamental para consolidar sua identidade coletiva e sua reprodução física e social.

Nas análises de Said⁵⁵ tais mobilizações concorrem para definir o que é ou não é “tradicional”, fixando fronteiras, delimitando domínios. A “nova cartografia social”, sob esta ótica, se encontra para além das narrativas de pretensão histórica, que insistem no primado da continuidade com o passado, e se coaduna com o presente das ações políticas. Produz elementos de uma descrição etnográfica que não implica automaticamente num tempo linear, que abrange componentes ecológicos e estabelece clivagens que apontam para uma diversidade cultural. Aliás, conforme Hobsbawm e Ranger⁵⁶, a particularidade das tradições inventadas é que não tem caráter cumulativo e atém-se ao fato de que sua continuidade com o passado evocado é largamente fictícia⁵⁷. O sentido de “contemporâneo” investido neste tempo não-linear, presente, tem gravitado desde os anos 1980-90 em torno da afirmação do livre acesso aos recursos naturais e do uso comum da terra, das reivindicações de titulação de territórios étnicos e em torno de maior eficiência na aplicação do preceito de “terras tradicionalmente ocupadas”. Este último conceito, que se contrapõe à imemorialidade da ocupação, emerge com vigor a partir da Constituição de 1988 e ganha força com a ratificação pelo Brasil da Convenção 169 da OIT, em 2002, e com o Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007 e portarias derivadas⁵⁸.

A preocupação política em combinar estas “terras tradicionalmente ocupadas” e o repertório de recursos naturais com uma identidade coletiva, que passa a nomear agrupamentos voluntários da sociedade civil expressos por associações, movimentos, cooperativas, conselhos e comissões, tem levado os estudiosos dos movimentos sociais a destacarem novas formas político-organizativas coadunadas com o que tem sido classificado como “invenção da tradição”. Elas aparecem entrelaçadas nas pautas de reivindicações e nos programas de ação de vários povos e comunidades face ao Estado e aos interesses que são vistos como oprimindo-os ou visando usurpar seus direitos territoriais. Estas terras e estas identidades coletivas emergem num quadro enunciador de conflitos sociais, que parecem constituir a interlocução possível com as estruturas de poder político. São

55 Cf. Said, Edward W. – Cultura e Imperialismo. São Paulo. Companhia das Letras. 2011

56 Cf. Hobsbawm, E. e Ranger, Terence – A invenção das tradições. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra. 1997

57 Há um intenso debate sobre tempo e tradição. Verifica-se pelo exposto acima uma nítida oposição entre as noções de tradição em Weber e Hobsbawm. Um terceiro enfoque seria aquele de Lyotard, que discute o caráter cumulativo das “tradições populares” na reafirmação continuada como recurso de memória: “A tradição é aquilo que diz respeito ao tempo, não ao conteúdo. Por outro lado, o que o Ocidente deseja da autonomia, da invenção, da novidade, da autoterminação, é o oposto – esquecer o tempo e preservar, acumular conteúdos; transformá-los no que chamamos história e pensar que ela progride porque acumula. Ao contrário, no caso das tradições populares... nada se acumula, ou seja, as narrativas devem ser repetidas o tempo todo porque são esquecidas todo o tempo. Mas o que não é esquecido é o ritmo temporal que não pára de enviar as narrativas para o esquecimento. (...)”

Esta é uma situação de constante encaixe, que torna impossível encontrar um primeiro enunciador.” (Lyotard, 1985 apud Bhabha, Homi K.; 2010:09).

Cf. Bhabha, Homi K. – O local da cultura. Belo Horizonte. Ed. UFMG. 2010 (trad. Myriam Ávila et al.)

58 Vide Portaria SPU (Secretaria do Patrimônio da União) n.89, de 15 de abril de 2010. Diário Oficial da União. 16 de abril de 2010 pp.91 e 92.

elas que possibilitam condições propícias para um mapeamento social da espacialidade ou da materialidade reivindicada. Antes de ser um conhecimento útil tal mapeamento reflete uma autoconsciência cultural, fundada nas mobilizações políticas, conforme já foi assinalado, porquanto se baseia na “arte da resistência” (Scott, 2008), e numa maneira peculiar de exercício da política por agentes sociais considerados à margem da cena política⁵⁹ (Pudal, 2009:187). O trabalho simbólico de invenção de uma tradição mostra-se, todavia, complexo em demasia. A politização não se exprime “naturalmente”. Parece comprimida numa ilusão de perspectiva, que dificulta a compreensão mais aprofundada da luta pelo território e na qual estaria implícito o risco da “negociação a todo custo”, que pode levar à aceitação arbitrária de um suposto “espaço vital”, tal como definido por critérios oficiais e não pela própria comunidade ou pelo próprio povo.

Até recentemente parte significativa da vida política dos grupos dominados foi ignorada porquanto ela se daria num plano que raramente é reconhecido como político (Scott, 2008:214). Ao falar de “arte da resistência”⁶⁰ (Scott, 2008) ou de “cultura da resistência” (Said, 2011) nós estamos sendo convidados a uma inversão do olhar: não mais partir de formas político-organizativas legítimas ou assemelhadas (com sede, sócios, estatuto, registros fiscais, reconhecimento junto a órgãos oficiais, representatividade a partir de indivíduos associados, pleitos e assembleias gerais), mas de grupos, comunidades e povos que, num processo de mobilização constante, indagam sobre novos padrões de relação política. Os “antigos” padrões tem sido dinamicamente retraduzidos pelos movimentos sociais que ora representam aquelas unidades de mobilização. A intensificação de suas práticas não-discursivas e discursivas, através das unidades de mobilização que pressionam os aparatos do Estado abre as portas para novos entendimentos da política. A politização do tradicional promove ruptura com o tempo linear e traz à tona posturas políticas singulares, com raízes locais profundas e consciência ambiental, que não dissociam a luta econômica da luta identitária, recuperando territórios e consolidando as autodefinições.

“Uma das principais tarefas da cultura de resistência foi reivindicar, nomear e reabitar a terra. E com isto veio toda uma serie de outras afirmações, recuperações e identificações, todas elas literalmente enraizadas nessa base poeticamente projetada.” (Said, 2011:353).

A “nova cartografia social”, neste contexto, adquire certa relevância pelo seu potencial descritivo e sua capacidade de síntese, tanto despertando a atenção de filósofos, quanto a de cientistas políticos. Frisamos “nova cartografia social” porquanto ela emerge fora dos quadros da descolonização ou de formação histórica da nação, referida a um tempo de crise social profunda em que o imperialismo parece ter perdido fôlego (Said, 2011) e em que as políticas de inspiração neoliberal estariam sendo aparentemente sepultadas (Hobsbawm, 2012). O

mapa que na formulação de B. Anderson trata-se de um instrumento imperial, que se torna adstrito à emergência da nação, aqui, na primeira década do século XXI, o é com respeito a uma crise do capitalismo em que ocorre o advento de novas identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais. As prioridades de mapeamento são reivindicadas e estabelecidas através de mobilizações políticas, refletindo os interesses em construção ou recém-construídos por aqueles que sempre foram os “outros” mapeados seja pelo Estado, seja pelo Império. E este ato, embora aparentemente tardio, não quer dizer “retroceder na história”, ao contrário é um fato do tempo presente.

A “nova cartografia social” revela-se consoante estes meios e condições de possibilidades do presente, que facultam a identificação do território e a história social a povos e comunidades tradicionais, considerados “sem história” e “sem lugar” no mapa oficial. Estes povos só recentemente, sobretudo com as mobilizações que resultaram na Constituição de 1988, conquistaram o direito à representação política emancipados dos mediadores históricos. Construíram, assim, nas três últimas décadas do século XX, uma identidade coletiva baseada na “resistência cultural descolonizante” (Said, 2011:337), contrapondo-se ao autoritarismo classificatório das categorias censitárias. Certamente que esta emergência não é fortuita, nem consiste numa pronta ação disruptiva⁶¹.

O “COLÉGIO DOS CARTÓGRAFOS” RESSURECTO?

Um dos efeitos mais perceptíveis deste processo de transformações sociais é que múltiplas mobilizações, que não se restringem aos povos e comunidades tradicionais ou “às minorias reprimidas”, estão rompendo com o monopólio dos aparatos de Estado de deter exclusiva e absolutamente a prerrogativa e os meios de mapear. Concomitantemente com o advento de “novas identidades coletivas” tem-se manifestações de uma capacidade operativa em torno do mapeamento social, desdizendo a camisa de força das identidades homogeneizadoras. As críticas às classificações prevalecentes ganham força explicativa, fundadas no conceito de “cartografia social”. Sob este prisma nenhum agente social poderia ser reduzido a uma e a apenas uma identidade. Não há quem acredite que sua existência se esgote numa única identidade, embora não se possa ignorar que tais agentes produzam seus bens culturais, inventem suas tradições e construam sua própria identidade étnica. Certamente que há tradições duradouras, locais históricos de moradia, idiomas e sinais diacríticos que são reinterpretados no âmbito das mobilizações políticas recentes, cujos propósitos convergem para o reconhecimento

59 Cf. Pudal, Bernard – Un monde défait. Les communistes français de 1956 à nos jours. Paris. Éditions Du Croquant. 2009 pp.187-210.

60 Cf. Scott, J.C – La domination et les arts de la résistance. Editions d'Amsterdam. 2008 p.214

61 Caso consultemos estudos referidos à “história do pensamento social brasileiro” é possível verificar muitas das condições que informam estas designações coletivas não passaram despercebidas a bacharéis em direito e em medicina e a engenheiros militares, no último quartel do século XIX. As proposições de verificações in loco do que seria “genuinamente brasileiro” concernem a um grande debate com apoio em critérios étnico-raciais e foram inicialmente delineadas, no caso da Amazônia, principalmente por Aluisio Azevedo e Celso de Magalhães, em 1869, com seu livro de poesias intitulado Calhambolas, por Couto de Magalhães, em 1874, por José Veríssimo, em 1886, e por Euclides da Cunha no início do século XX.

de territorialidade específicas. O conceito de invenção da tradição contribui para que se possa analisar este fenômeno com acuro e discernimento. Isto não quer dizer e tampouco permite, todavia, que falemos necessariamente em uma continuidade histórica ou em divisões perenes, como aquelas instituídas pela noção primordial de etnia consagrada pela sociedade colonial e responsável pela hierarquização de pessoas e coisas e, por conseguinte, pelas formas de dominação que autorizaram controlar os que foram historicamente classificados em patamares inferiores. Não se trata também da “mescla de culturas e identidades numa escala global”, cuja hierarquização foi instituída pelos canones imperialistas (Said, 510), sobretudo na produção de categorias censitárias, fundadas em critérios cromáticos, a partir da segunda metade do século XIX, como ressalta Anderson, mencionando China e Venezuela. As identidades coletivas, no âmbito dos ditames da “cartografia social”, acham-se em movimento, do mesmo modo que são dinâmicos os territórios que lhes são correspondentes. Em verdade, estabelecem novas fronteiras e são produtos de experiências concretas de mobilização, que deixam para trás os mapas históricos, como aqueles da África, da Ásia ou da América do Sul de cinquenta anos atrás, e as expressões de essencialização, que resultaram em divisões cristalizadas pelas metrópoles coloniais e que perduram conflituosas seja no Congo, nas regiões dos curdos ou em Ruanda.

O trabalho teórico de antropólogos, em 1973 na elaboração dos Proceedings of the American Ethnological Society (EAS), buscando discutir modalidades de interpretação mais coadunadas com as transformações sociais e econômicas das sociedades coloniais levou ao conceito de “novas etnias” como instrumento analítico⁶². Foi enfatizada sua situacionalidade e o fato de serem construídas pelos próprios agentes sociais, ressaltando que não reproduziam a rigidez das divisões produzidas de fora, pela dominação, nos termos daquelas resultantes do colonialismo. O entendimento desta distinção é fundamental para se compreender com acuro a emergência das identidades coletivas e a construção política dos territórios, tal como interpretados hoje nos termos da “cartografia social” e vividos pelos próprios agentes sociais em suas práticas autônomas de mapear.

O mais inquietante é que esta quebra de monopólio parece estar sendo refutada. A dominação de feição imperial, que se imaginava tão inquestionável e naturalizada e que, em virtude desta certeza, há muito já havia abandonado o pressuposto de a todos e tudo mapear⁶³, dá sinais de querer retomar a iniciativa relegada. Ao constatar que não pode negar a perda de prerrogativas, a resposta de alguns aparatos de poder busca instituir mecanismos e criar agências para normatizar ou controlar, através de cadastros e certificações, quem estaria mapeando e como consideram legítimo fazê-lo. O ato de mapear quem mapeia

e de delimitar competências e limites nas práticas cartográficas passaria a ter balizadores jurídico-formais, que disciplinariam e legalizariam tal ato. Para tanto tais interesses passadistas produziram uma proposta de “Código Cartográfico Nacional”. O arqueológico “Colégio de Cartógrafos”, de Borges, parece estar sendo re-instituído para recuperar sua autoridade imperial, centralizadora, ilegitimando os não-autorizados.

O mais paradoxal é que em plena quadra democrática – uma das mais longas que o Brasil já viveu, com quase três décadas – busca-se reeditar instrumentos imperiais eivados do autoritarismo próprio de épocas autoritárias e pretéritas sob uma alegação implícita e envergonhada de que isto poderia prenunciar um risco geopolítico. A voz de Borges plangente, mas penetrante, convida-nos à recusa deste Colégio ressuscitado. Em outras palavras: a estratégia de reedição de instrumentos do passado, autoritários e rígidos, deve ser analisada com cautela e de maneira aprofundada. Afinal as reivindicações de direitos territoriais, por povos indígenas ou quilombolas, são narrativas de integração e não de separação, são resultantes de processos históricos de territorialização de povos que foram excluídos da nação imperial. A despeito disto verifica-se o anúncio de uma preocupante discrepância evidenciada por aqueles instrumentos, de nítida inspiração autoritária, que orientam a mencionada resposta, que pode ser assim resumida: em 07 de agosto de 2012 reuniu-se a Frente Parlamentar em Defesa da Infraestrutura, no Anexo II, Plenário 14 da Câmara dos Deputados, em Brasília, e foi proposta a criação de um Código Cartográfico Nacional e de uma Agência Nacional de Cartografia, pressupondo certificações e cadastramentos (Cf. Câmara dos Deputados. Frente Parlamentar em Defesa da Infraestrutura Nacional. Ata da Reunião realizada em 07 de agosto de 2012).

Estes instrumentos, que sugerem inspirados no autoritarismo e no arcabouço imperial, mostram-se em desacordo com um momento decisivo, esta primeira década e meia o século XXI, em que está se formando e se expressando a consciência democrática de uma nova fase de civilização, que sucede à descolonização e às medidas de colonialismo interno, com pleno reconhecimento dos direitos dos povos e comunidades tradicionais. Consolida-se uma autoconsciência cultural em todas as situações socialmente definidas, que incentiva os membros destes povos e comunidades a produzirem imagens tanto daquilo que julgavam ser antes do ocaso do império, quanto do futuro a que o presente os projeta ao reivindicarem direitos territoriais, sem confundirem isto com violação de soberania. As afirmações dos direitos territoriais consagram isto ao reivindicarem homologação ou titulação das terras tradicionalmente ocupadas.

Outro paradoxo da proposição destes mecanismos de controle diz respeito ao desenvolvimento das forças produtivas no domínio da informática com um mercado de softwares e de imagens de satélite em expansão, estimulando o uso e a divulgação de programas de mapeamento e de uso difuso e amplo de mapas. Há empresas que banalizam as possibilidades de mapeamento, vulgarizando cientificamente seus efeitos e consolidando a “verdade” de seus mapas e imagens

62 Cf. *The New Ethnicity – Perspectives from Ethnology – 1973*. Proceedings of the American Ethnological Society (EAS). Este conceito foi consolidado no *The Prospects for Plural Society – 1982*. Proceedings of the American Ethnological Society (EAS).

63 Haja vista que até hoje o mapeamento oficial do país não foi concluído e que há imensas lacunas que podem ser verificadas nos mapas índices das instituições responsáveis seja o IBGE ou a DSG. Em 2009 começou a ser implementado o Projeto Cartografia da Amazônia, cujos resultados ainda não são de conhecimento público.

em diferentes circuitos de mercado. Transmitem a sensação de que tudo já está absolutamente mapeado e que novidades não as haveria mais. Há empresas outras que criam uma sequência de softwares, que são oferecidos periodicamente a um público difuso de consumidores. A aquisição das denominadas “licenças” é acompanhada de “atualizações” periódicas, anuais, igualmente adquiridas. Estes circuitos comerciais de “licenças” e “atualizações”, evidenciam um mercado aberto e em expansão, característico do avanço do capitalismo industrial, em contradição com os condicionantes colocados pelas forças representativas do “Colégio de Cartógrafos”. Tais forças, de nítida inspiração autoritária, se posicionam por um controle estrito do ato de mapear, querendo reeditar seu panoptismo através da metáfora oitocentista das “razões estratégicas” ou “geopolíticas”. Visam reeditar com atraso princípios relativizados pelo próprio desenvolvimento do capitalismo. Um dos nós a desatar, portanto, é que as condições objetivas que permitiram, séculos atrás, o Colégio de Cartógrafos há muito cessaram de existir, tornando algo insensata ou irrazoável a tentativa de instituir a contemporaneidade de um procedimento imperial que não é mais coletâneo.

O ato de mapear aos olhos dos que detém o poder político parece significar que os povos e comunidades tradicionais buscam retomar ou reivindicar uma prerrogativa que o estado dinástico-imperial havia considerado como sua e que a república, ancorada no positivismo, arrebatou, empalmando a cartografia exclusivamente como ciência militar ou necessariamente conexa.

No fundo há um sentimento de usurpação às avessas e uma noção glacializada do tempo, como se estivéssemos ainda e sempre nas duas primeiras décadas do século XIX, buscando consolidar o que as potências imperiais teimavam em não reconhecer, ou na derradeira década do mesmo século imaginando fazer de uma “agência nacional de cartografia” um ressuscitado Colégio dos Cartógrafos. A evidente nostalgia de tal sentimento chama a atenção para uma iniciativa autoritária que visa frear a propagação do desenvolvimento tecnológico em torno dos softwares de mapeamento, que se tornaram mercadorias tributárias de uma serialidade que assegura vultosos recursos para inovações periódicas ao alcance de um público de consumidores cada vez mais amplo e difuso. Tal público ademais tem se mostrado potencialmente mobilizável no sentido de uma abertura total deste mercado com softwares livres e de acesso direto.

PRÁTICA ETNOGRÁFICA

Neste vasto campo de reflexões e acirrados debates é que elegemos conceituar a “cartografia social” como “nova”, buscando afastar as implicações manuais e dotando-a de uma perspectiva crítica. Com base neste pressuposto, no fim da primeira metade da primeira década do século XXI, em 2004, passamos a uma reflexão dirigida, executando um projeto de investigação científica com o propósito de fortalecer a abordagem etnográfica através de uma “nova descrição” com recurso ao que passamos a designar de “nova cartografia social”. De pronto uma ruptura: se não todas, pelo menos a maioria das discussões sobre

cartografia, seja articulada com a geografia ou com a sociologia, evitam atribuir ênfase à posição do sujeito que constrói o fundamento explicativo do território e suas fronteiras. A noção de “cartografia social” foi pensada para, além desta relevância, estabelecer relações de pesquisas intrínsecas, trazendo os agentes sociais referidos a povos e comunidades tradicionais para o próprio processo de produção deste conhecimento considerado fundamental à “nova descrição”. A expressão “nova cartografia social” emergiu nesta redefinição do objeto de análise e nos contornos de suas implicações sobre as relações de pesquisa, notadamente em situações de conflito social. As territorialidades específicas resultantes dos processos diferenciados de territorialização concernem a tais relações de pesquisa, que focalizam modalidades organizativas peculiares, cujos membros potencialmente podem executar tarefas operacionais capazes de delimitar em campo seus próprios domínios. Com estes agentes sociais é que as relações de pesquisa foram firmadas em combinação com a trajetória ascendente de cada uma das distintas unidades sociais, seja indígenas, quilombolas, ribeirinhas, de quebradeiras de coco babaçu, de fundos de pasto ou de faxinais. Cada uma delas afirmando seus direitos territoriais e sendo capacitadas para a marcação de pontos que materializam seu próprio território ou sua própria territorialidade específica. A diversidade cultural refletiu na composição da equipe acadêmica, transdisciplinar, e a “cartografia social”, mesmo concebida inicialmente como recurso complementar à etnografia, mostra-se mais do que um recurso de método, requerendo disposições conceituais e maior rigor ou margem de erro menor na descrição. Os fragmentos de territorialidade na extensão do mapa são arrancados da evidencia de realidades localizadas pelos próprios agentes sociais, que definem o que é relevante para constar do mapa. Face a esta evidencia absoluta não é rigoroso dizer que seus objetos ou fragmentos são inamovíveis.

À diferença de interpretações primordialistas esta nova abordagem faz-se crítica de qualquer essencialização das comunidades tradicionais. Instaura uma contranarrativa ao oficialismo. A ela corresponde uma passagem que deve ser analisada em toda a sua extensão:

i) do mapa etnográfico como ilustração do trabalho descritivo, muitas vezes seguindo os ditames dos geômetras e pilotos náuticos de potências colonizadas, seja no Pacífico Oriental, na África ou no Sudeste Asiático⁶⁴, ao

⁶⁴ Os antropólogos, tal como os naturalistas, não desdenharam os mapas como ilustração e desde final do século XIX com F. Boas discutiram a relação com a geografia no processo de produção cartográfica. Os croquis e as figuras de mapas sempre estiveram presentes nas etnografias ou abrindo diários de campo, quando não os próprios livros. Nos trabalhos etnográficos o processo de produção cartográfica é descrito como plural, podendo estar referido a um grupo, uma comunidade ou um povo. A modalidade de representação espacial é vária e os mapas podem ser desenhados no chão, numa casca de árvores, numa parede de pedras ou de alvenaria, num papel ou numa peça artesanal (de couro, madeira ou pedra) ou num painel ou tela constituindo uma obra-de-arte propriamente dita. As possibilidades de ilustração são inumeráveis. Com Pritchard o mapa surge como ilustração do início do livro, logo após o prefácio, e mostra a distribuição das sessões tribais dos Jinkanyy orientais. (cf. E.E. Evans-Pritchard – Os Nuer. São Paulo. Editora Perspectiva. 1978). O diário de Malinowski é aberto com um mapa da Nova Guiné Oriental e ilhas adjacentes. (cf. Malinowski, B. – Um diário no sentido estrito do termo. Rio de Janeiro. Ed. Record. 1997 (1ª. Ed. em inglês 1967) (trad. Celina Cavalcante Falck).

ii) mapa etnográfico como descrição produzida pelos próprios agentes sociais de povos que se emanciparam do colonialismo, foram mapeados pelos Estados nacionais e passaram a seguir a produzir seus próprios mapas, quando o monopólio dos aparatos de poder foi rompido. São os mapas resultantes deste processo que passam a integrar o corpus da pesquisa antropológica sob a designação de “nova cartografia social”. Nesta passagem estão embutidas várias outras: a primeira concerne às guerras coloniais, a segunda às mobilizações étnicas não mais aprisionadas nas essencializações e nos primordialismos, abrindo um campo de reflexão para processos diferenciados de territorialização que resultaram numa diversidade de territorialidades específicas, construídas socialmente pela experiência política peculiar de cada povo ou comunidade tradicional.

No entreto desta passagem encontra-se a experiência do antropólogo Marcel Griaule, em cujos registros do “Méthode de l’Ethnographie” consta um tópico específico⁶⁵ destinado especialmente à “Cartographie” (Griaule, 1957:7).

Griaule elaborou este método a partir da experiência dos cursos que professou, desde quando começou a lecionar na Sorbonne, em 1942, e foi enriquecendo-os sucessivamente. Todos os preceitos destinados a ilustrar os seus ensinamentos foram extraídos de suas observações pessoais e de técnicas de trabalho de campo acumuladas durante vinte e oito anos, entre 1928 e 1956, na África. Estas atividades só foram interrompidas durante a segunda guerra mundial. Todos os métodos de observação que ele recomenda foram praticados por ele, notadamente aquele da fotografia aérea, no qual ele colocava em ação sua experiência de oficial aviador. Griaule percebe que os mapas são dinâmicos e que podem dotar de maior precisão as informações etnográficas. Mostra que as fotografias aéreas devem ser articuladas com os croquis e com as escalas apropriadas:

“Il faudra donc à l’ethnographe des cartes. Mais malgré les progrès de la photogrammétrie aérienne et le développement des services géographiques en tous pays, Il ne pourra compter avant longtemps sur des cartes à grande échelle.

Dans l’inventaire qu’il fera des documents existants Il ne découvrira presque jamais les feuilles au 1:20.000 ou au 1:50.000 ou au 1:1.000 exigés pour l’établissement Du cadastre vers lequel doivent tendre ses efforts.

Le procédé le plus simple consiste à agrandir la feuille de la plus grande échelle (généralement au 1:200.000) de manière a obtenir un croquis au 1:50.000 ou au 1:20.000 selon la densité de la population, la profondeur et l’orientation de l’enquête, la densité des détails à reporter ultérieurement.(...)

⁶⁵ Não iremos aqui proceder a uma leitura crítica deste “manual”, uma vez que nos importa tão somente assinalar o uso da cartografia no método etnográfico. Para um aprofundamento consulte-se: Griaule, Marcel - Méthode de l’ethnographie. Paris. PUF. 1957. Consultar também Griaule, M. – “Application de l’aviation à la recherché ethnographique”. Congrès National de l’Aviation française. 1946 Rapport n.41 bis, 225.

Dans la pratique, trois échelles seront utiles: une petite échelle pour les cartes de répartition, une échelle moyenne pour l’orientation et la toponymie, une très grande échelle pour l’établissement du cadastre.” (Griaule, ibid.78)

“Le jeu de cartes don’t dispose le chercheur doit être um instrument actif du travail et non pas seulement servir à resumer ou à synthétiser son travail une fois qu’il l’aura terminé. Le jeu de cartes doit progresser en même temps que le jeu de fiches, et refléter à chaque instant l’état de la documentation concernant les matériels, les monuments, les coutumes, les propriétés, les densités etc. La carte doit vivre l’enquete; elle est une fiche em mouvement.” (Griaule, ibid.79).

“La connaissance d’une société doit s’appuyer au premier chef sur celle du terrain (...). La photographie aérienne constitue un supplement et une L’observation terrestre porte en effet sur un champ limité. La carte souffre toujours d’un appauvrissement des détails humains qui varie avec son échelle. La photo aérienne est une carte parlante incomparable avec les documents ordinaires.” (Griaule, ibid.84).

A cartografia como recurso da etnografia sofre um deslocamento. Sem deixar de lado o rigor de cada informação ao mapa é a “cartografia social”, que criticando o geografismo e também o biologismo, relativiza a rigidez e a glaciação de procedimentos que colocaram os esforços analíticos na camisa de força dos manuais de antropologia. Aqui é que a “nova descrição” se colocaria, distante do empirismo, da repetição e da monotonia dos “explicadores”, abrindo campo para uma criatividade descritiva.

Assim, na escolha ou seleção de quem ou o que cartografar é que se avolumam-se dificuldades, sobretudo na elaboração de critérios que possam minimamente orientar os trabalhos de pesquisa. Responder positivamente à solicitação de uma associação, cooperativa, sindicato, movimento, conselho ou comissão implica em abrir um processo de discussão com os representantes destas instituições através, principalmente de pesquisadores que já desenvolviam atividades de pesquisa junto a estas respectivas formas organizativas. Respeitar ou acatar as características intrínsecas a tais expressões organizativas não significa necessariamente endossar essencializações que porventura sejam adstritas às identidades coletivas representadas. As mobilizações em defesa de direitos territoriais de povos indígenas, mesmo reafirmando a história e uma certa origem ou ressaltando sinais diacríticos e características etno-raciais não pode ser entendida como se fosse a única opção para o movimento de resistência cultural. Aceitar isto acriticamente seria acatar as consequências da sociedade colonial com suas divisões raciais, religiosas e identitárias impostas pelo próprio colonialismo. A etnologia ao conceituar as denominadas “novas etnias” criou condições de possibilidades para este instrumento crítico de compreensão e análise dos conflitos sociais. As mobilizações étnicas não deixam mais o mundo político “à metafísica de essências”, que frigorificam identidades coletivas, que cristalizam seus componentes e que, segundo Said, teriam o poder de instaurar uma cizânia permanente. Tem-se uma crítica à aceitação irrefletida de esteriótipos, mitos,

animosidades e “tradições” estimuladas inicialmente pelo colonialismo e depois pelo poder dos nacionalismos.

Analisar as pautas de reivindicações como procedemos à parte final de cada um dos fascículos elaborados no âmbito do PNCSA e expostos neste catálogo, constitui um recurso de método para apresentar as perspectivas dos programas de resistência étnica e política. A luta pelos direitos territoriais e as práticas de delimitação das territorialidades específicas, mostram-se fundamentais à reprodução social do povo ou da comunidade, evidenciando uma forma de autoconsciência cultural coextensiva à consolidação do território. A persistência da identidade étnica pressupõe um rompimento com a fixidez do território lhe emprestando uma dinamicidade a toda prova, que o torna uma construção do presente sem estar condicionado a “remanescências”, “revivescências”, “sobrevivências” e todo o léxico urdido repetidamente pelas abordagens evolucionistas, que desde o final do século XIX buscam consolidar seus esquemas explicativos. As práticas da “nova cartografia social” aproximam-se destas leituras críticas, incorporando-as ao trabalho de campo e seus efeitos. Analisar a superação dos evolucionismos e primordialismos e não ficar preso na autocomplacência de celebrar infinitamente o “absoluto” da própria identidade consiste num procedimento caro à prática de pesquisa etnográfica que na busca de uma “nova descrição” acena para a possibilidade de chamar a atenção para um mundo que não é necessariamente construído “a partir de essências em conflito” (Said, 2011:357). Romper também com o mito de que um povo ou comunidade tem apenas uma e só uma identidade e que elas são constantes, singulares, permanentes e invariáveis. Atentar para suas contingências, pluralidades, provisoriedades e variabilidades. A identidade coletiva mostra-se dinâmica e não fica aprisionada no mito da comunidade fechada, guetificada, mas passa a ser vivida e pensada como algo que não esgota a identidade cultural de um povo ou comunidade e que, portanto, não se restringe ou fica sempre circunscrita aos mesmos rituais de instituição e aos mesmos sentimentos de pertencimento. A força política construída pela mobilizações a emancipa das amarras essencialistas.



P879	Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social / Organizado por Alfredo Wagner Berno de Almeida, Emmanuel de Almeida Farias Júnior.: Manaus: UEA Edições, 2013. 176p : il.; 28 x 28cm.
	ISBN 978-85-7883-180-6
	1. Antropologia. 2. Comunidades tradicionais. 3. Cartografia. 4. Nova Cartografia Social. I. Almeida, Alfredo Wagner Berno de. II. Farias Júnior, Emmanuel de Almeida.
	CDU 528.9:316.4

ORGANIZADORES
Alfredo Wagner Berno de Almeida
Emmanuel de Almeida Farias Júnior

EDIÇÃO
Alfredo Wagner Berno de Almeida
Rosa Elizabeth Acevedo Marin
Erika Matsuno Nakazono
Cynthia Carvalho Martins
Emmanuel de Almeida Farias Júnior

DIGITAÇÃO DOS ORIGINAIS
FASCÍCULOS, MAPAS, BOLETINS, EXPOSIÇÕES E EVENTOS
Clayton de Souza Rodrigues
Gabriel Locke Suchodolski
Rosenira Izabel de Oliveira
Andresa Lima Pinheiro

CATALOGAÇÃO JUNTO À BIBLIOTECA NACIONAL
Rosenira Izabel de Oliveira ATÉ DEZEMBRO 2011
Leina Medeiros
Maricelia Ferreira dos Santos
Risângela Pinheiro de Andrade

PROJETO GRÁFICO E CAPA
Design CASA 8
Ernandes Fernandes
Saulo Macedo

UEA
Rua Leonardo Malcher, 1728 – 6º andar
Centro - Edifício Professor Samuel
Benchimol Manaus – Amazonas
CEP 69010-170 - Manaus/AM
FONE: 55 92 3232-842
pncaa.uea@gmail.com

UFAM
Rua José Paranaguá, 200 – Centro
Cep: 69005-120 – Manaus/AM
pncsa.ufam@yahoo.com.br

www.novacartografiasocial.com